

Gestão Rural e Responsabilidade Social:

Diagnóstico estruturado sobre direitos humanos, igualdade de gênero e juventude rural

ORGANIZAÇÃO:

Gregori da Encarnação Ferrão

Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos

Christiane Gonçalves Dall'Aglio Holvorcem

AgroPlus



ABIOVE
Associação Brasileira das
Indústrias de Óleos Vegetais


cooperação
alemã
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Por meio da:

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



**Cadeias
Sustentáveis**

GOVERNO DO
MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

GESTÃO RURAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL:

Diagnóstico estruturado sobre direitos humanos, igualdade
de gênero e juventude rural

ORGANIZADORES:

GREGORI DA ENCARNAÇÃO FERRÃO

RAISSA RACHEL SALUSTRIANO DA SILVA-MATOS

CHRISTIANE GONCALVES DALL'AGLIO HOLVORCEM

GESTÃO RURAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL:

Diagnóstico estruturado sobre direitos humanos, igualdade
de gênero e juventude rural

Chapadinha - Maranhão

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Gestão rural e responsabilidade social: diagnóstico estruturado sobre direitos humanos, igualdade de gênero e juventude rural / Organizadores: Gregori da Encarnação Ferrão, Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos, Christiane Gonçalves Dall'Aglío Holvorcem. – Chapadinha, MA: Ed. dos Autores, 2026.

176 p.: il.

ISBN 978-65-02-23600-0

1. Agronegócio. 2 Boas práticas. 3. Responsabilidade social. 4. Sustentabilidade I. Ferrão, Gregori da Encarnação. II. Silva-Matos, Raissa Rachel Salustriano da. III. Holvorcem, Christiane Gonçalves Dall'Aglío. IV. Título.

Elaborada por Elinielle Borges Ball – Bibliotecária CRB - 13/1005.



COORDENAÇÃO NACIONAL

Gerente Operacional Agro Plus Brasil Douglas Chahine Carneiro

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA AGRO PLUS – MARANHÃO

Coordenador Geral	Gregori da Encarnação Ferrão
Vice-Coordenadora Geral	Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos
Coordenadora Técnica	Abigailde Nascimento Dias
Coordenadores de Campo	Francisco Victor Barros Sousa Ivisson José Gomes Franco Jorge Fernando de Oliveira Rocha Lis Lanni Oliveira Pereira
Qualidade e Gestão	Ângela Maria Campelo da Silva Derllany Sanyelle Torres Oliveira
Comunicação	Marco Antônio Sousa da Silva Nielson Douglas Nascimento de Sousa
Responsável pela publicação	Programa Agro Plus – Maranhão / Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Projeto Gráfico, diagramação e capa: Francisco Victor Barros Sousa, Derllany Sanyelle Torres Oliveira; Bianca de Almeida Rosa

Revisão: Gregori da Encarnação Ferrão, Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos, Christiane Gonçalves Dall'Aglio Holvorcem

Imagem: Elaborado por Inteligência Artificial

Contexto do projeto: O projeto Cadeias Sustentáveis integra a Cooperação entre o programa global AgriChains da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e o Governo do Maranhão, com o apoio do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	6
APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL	9
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: ORIGEM DO PROGRAMA AGRO PLUS	17
1.1 A EVOLUÇÃO DO AGRO PLUS PARA UMA ABORDAGEM SOCIO ESTRATÉGICA	24
CAPÍTULO 2: IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA AGRO PLUS NOS ESTADOS DO MARANHÃO E PIAUÍ	28
2.1 ETAPA 1 – PERÍODO DE 2020 – 2023	30
2.2 ETAPA 2 – PERÍODO DE 2023 A 2025	44
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE DE GÊNERO E JUVENTUDE RURA	53
CAPÍTULO 4: CAMINHOS PARA FORTALECER A INTEGRAÇÃO DE UMA ABORDAGEM DE DIREITOS HUMANOS NA CADEIA PRODUTIVA DA SOJA.	64
4.1 INTRODUÇÃO	66
4.2 OS DIREITOS HUMANOS NO PROGRAMA AGRO PLUS	78
4.2.1 Caminhos para fortalecer a integração de uma abordagem de direitos humanos na cadeia produtiva da soja	85
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
CAPÍTULO 5: DIAGNÓSTICO DA INCLUSÃO DE GÊNERO NAS PROPRIEDADES ASSISTIDAS PELO PROGRAMA AGRO PLUS NOS ESTADOS DO MARANHÃO E PIAUÍ	92
5.1 SOLUÇÕES INTEGRADAS: DO LOCAL AO NACIONAL.....	105

5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRUTURANTES INCENTIVOS FISCAIS PARA EQUIDADE.....	106
5.3 INOVAÇÕES ORGANIZACIONAIS NO AGRONEGÓCIO FLEXIBILIZAÇÃO DE JORNADAS ADAPTADA AO CAMPO	106
5.4 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DAS MULHERES NO CAMPO	108
<i>5.4.1 Programas de Qualificação Acessíveis às Mulheres no Campo</i>	<i>108</i>
5.5 CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA INSERÇÃO DE MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO.....	111
5.6 CONCLUSÃO.....	112
CAPÍTULO 6: DIAGNÓSTICO DA JUVENTUDE RURAL NAS PROPRIEDADES ASSISTIDAS PELO PROGRAMA AGRO PLUS NOS ESTADOS DO MARANHÃO E PIAUÍ	115
CAPÍTULO 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS DO AGRO PLUS.....	131
I. DIREITOS HUMANOS COMO FUNDAMENTO DA GESTÃO SUSTENTÁVEL.....	135
II. IGUALDADE DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIA DE COMPETITIVIDADE....	137
III. JUVENTUDE RURAL E SUSTENTABILIDADE GERACIONAL.....	138
REFERÊNCIAS.....	148
APÊNDICES.....	158

PREFÁCIO

A agricultura está no centro de alguns dos maiores desafios do nosso tempo. Produzir alimentos, fibras e energia de forma cada vez mais eficiente, ao mesmo tempo em que se protege o meio ambiente e se promovem condições dignas de trabalho, exige novas formas de pensar e gerir os sistemas produtivos. Nesse contexto, torna-se cada vez mais evidente que o futuro da agricultura depende não apenas de avanços tecnológicos e ganhos de produtividade, mas também da valorização das pessoas e da proteção dos recursos naturais que sustentam a atividade agrícola.

Iniciativas que integrem esses diferentes elementos são fundamentais para promover uma agricultura mais sustentável e resiliente. É nesse cenário que se insere o Programa Agro Plus, desenvolvido pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e implementado nos estados do Maranhão e do Piauí sob coordenação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Por meio da assistência técnica e da promoção de boas práticas agrícolas, o programa vem contribuindo para o

fortalecimento da gestão socioambiental em propriedades rurais.

A ampliação da abordagem do programa, com a incorporação de indicadores relacionados aos Direitos Humanos, à Igualdade de Gênero e à juventude rural, representa um passo importante para uma agricultura cada vez mais alinhada aos desafios contemporâneos. Ao integrar essas dimensões às práticas de gestão rural, o Programa Agro Plus contribui para aprofundar a compreensão de que a sustentabilidade produtiva está diretamente associada à promoção de condições dignas de trabalho, à valorização da participação das mulheres e à criação de oportunidades para as novas gerações no campo.

Para a GIZ Brasil, contribuir para a proteção do meio ambiente, para a promoção dos direitos humanos e para o fortalecimento da igualdade de gênero constitui um princípio central de atuação. Nesse sentido, iniciativas que integrem produtividade, conservação ambiental e inclusão social são fundamentais para a construção de cadeias produtivas mais sustentáveis, resilientes e responsáveis.

Este livro é resultado de um esforço conjunto da ABIOVE e da UFMA com apoio do Projeto AgriChains Brasil

da GIZ, que aplicou pela primeira vez um checklist ampliado - incluindo os novos indicadores do Programa Agro Plus -, na região de atuação do projeto no Maranhão e Piauí. Ao sistematizar dados, análises e aprendizados obtidos a partir da experiência nas propriedades participantes do Programa Agro Plus, a publicação oferece uma contribuição relevante para o debate sobre gestão social no meio rural e para o fortalecimento de práticas que promovam maior equidade, inclusão e sustentabilidade no setor agropecuário.

Esperamos que esta obra inspire produtores, técnicos, pesquisadores e formuladores de políticas públicas a refletirem sobre novas possibilidades para o desenvolvimento rural. Fortalecer pessoas, promover igualdade de oportunidades e proteger o meio ambiente são caminhos essenciais para consolidar sistemas produtivos mais justos, competitivos e sustentáveis.

Boa leitura.

Petra Ascher Piecha

Diretora de Projetos

GIZ Brasil

APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Discutir sustentabilidade no agronegócio exige ir além das dimensões mais visíveis da produção. Não se trata apenas de como se produz, mas sobre as condições de produção, quem participa desse processo e como essas relações se conectam ao longo da cadeia.

Nos últimos anos, essa agenda passou por uma inflexão importante. A sustentabilidade deixou de ser interpretada apenas por uma ótica ambiental e passou a incorporar, de forma consistente, conceitos de direitos humanos, inclusão e equidade, muito impulsionado por novas exigências de mercado e avanços regulatórios, que aceleraram o aprimoramento de mecanismos de devida diligência.

O desafio não está apenas em reconhecer a relevância desses temas, mas em traduzi-los em instrumentos aplicáveis no campo que dialoguem tanto com a realidade do produtor rural, quanto com a complexidade das cadeias produtivas.

É neste contexto que se insere o Programa Agro Plus. Ao estruturar um modelo de assistência técnica orientado por

indicadores objetivos, o programa busca aproximar a gestão da propriedade rural à uma lógica mais integrada, na qual aspectos produtivos, ambientais e sociais deixam de ser tratados de forma isolada e passam a compor uma visão mais completa da sustentabilidade.

A experiência conduzida no Maranhão, em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e com o apoio do projeto AgriChains, angariou a incorporação de dimensões como direitos humanos, igualdade de gênero e juventude rural, ampliando o escopo de atuação e contribui para tornar mais visíveis aspectos que, historicamente, estiveram à margem das ferramentas tradicionais de gestão rural.

Este livro nasce desse esforço. Ao reunir e sistematizar os resultados de uma experiência ainda recente — e, em muitos aspectos, inédita —, a publicação oferece uma leitura concreta sobre como essas dimensões podem ser incorporadas à prática, evidenciando aprendizados, limites e oportunidades de evolução.

Trata-se de um exercício de aproximação entre agenda e realidade. Isso porque temas sociais não estão dissociados da dinâmica econômica do setor — ao contrário,

passam a influenciar, de forma crescente, critérios de acesso a mercado, padrões de conformidade e estratégias de posicionamento das cadeias produtivas.

Avançar em sustentabilidade no agro passa, necessariamente, pela capacidade de conectar agendas, alinhar incentivos e transformar diretrizes em prática. Isso exige coordenação, construção coletiva e instrumentos que façam sentido para quem está no campo.

É a partir dessa perspectiva que o Agro Plus opera — um programa que converge demandas globais e realidades locais, contribuindo para o fortalecimento de uma produção agrícola cada vez mais preparada para os desafios contemporâneos e contribuindo para o fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro.

Pedro Henrique Moré Garcia

Gerente de Sustentabilidade, ABIOVE

Coordenador Nacional, Agro Plus



INTRODUÇÃO



Christiane Gonçalves Dall'Aglio Holvorcem
Gregori da Encarnação Ferrão
Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos

O Programa Agro Plus da ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) é uma iniciativa voltada à melhoria contínua da gestão socioambiental e produtiva das propriedades rurais, promovendo assistência técnica, capacitação e diagnóstico de boas práticas agrícolas. Por meio dessa atuação integrada, o programa busca aliar produtividade e sustentabilidade, contribuindo para o fortalecimento das relações de trabalho, da responsabilidade social e da preservação ambiental no campo.

Nos estados do Maranhão (MA) e Piauí (PI), o programa atende 161 propriedades rurais, e sua coordenação está sob responsabilidade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por meio da equipe Agro Plus/UFMA, com apoio do Projeto AgriChains da GIZ Brasil. Além do aprimoramento técnico, o programa reconhece que o desenvolvimento sustentável depende também do respeito aos direitos humanos e da valorização das pessoas que fazem parte do processo produtivo. Por essa razão, a assistência técnica oferecida pelo Agro Plus/UFMA tem ampliado sua abordagem para incluir aspectos sociais, avaliados a partir de três pilares principais:

I. Direitos Humanos; II. Igualdade de Gênero; e III. Juventude Rural

Iniciada em 2024, essa ampliação da abordagem socioambiental teve como objetivo principal analisar as condições e percepções relacionadas aos três pilares citados acima. Neste caso, a equipe Agro Plus/UFMA realizou a análise documental, entrevistas e observação direta em campo.

Considerando esse contexto, o indicador de Direitos Humanos foi aplicado em 135 propriedades rurais, correspondendo a 83,85% do total de unidades atendidas. Por sua vez, os indicadores de Igualdade de Gênero e juventude rural foram implementados, respectivamente, em 87 (54,4%) e 63 (39,13%) do conjunto de propriedades rurais participantes do Programa Agro Plus nos estados do MA e PI buscando em cada uma delas:

- I. Direitos Humanos: Identificar boas práticas e apontar desafios que ainda precisam ser superados para consolidar uma cultura de cidadania no meio rural.
- II. Igualdade de Gênero: Identificar a atuação das mulheres e compreender sua participação nas

atividades produtivas buscando reduzir as desigualdades ainda presentes no campo.

III. Juventude rural: Verificar o acesso de jovens e mulheres à capacitação técnica e às tecnologias agrícolas buscando contribuir com a permanência das novas gerações no campo e renovação das práticas produtivas com uma visão mais sustentável e moderna.

Os resultados deste trabalho, são apresentados na forma de capítulos. Esta construção foi idealizada buscando fomentar o debate e oferecer ao leitor subsídios para compreender e refletir sobre o estado da arte dos Direitos Humanos, da Igualdade de Gênero e da Juventude rural, iniciando pelos estados do Maranhão e Piauí. Ao integrar esses três pilares às ações de assistência técnica, o Programa Agro Plus busca ampliar seu impacto social reforçando que a produtividade deve caminhar junto com o respeito às pessoas. Por fim, espera-se que o presente levantamento demonstra como o fortalecimento humano e a inclusão social são fatores decisivos para uma agricultura mais justa, participativa e sustentável.



Capítulo 1:

ORIGEM DO PROGRAMA

AGRO PLUS



Abigailde Nascimento Dias
Ana Paula Fialho Iria
Aziz Galvão da Silva Júnior
Bernardo Machado Pires
Gregori da Encarnação Ferrão
Lis Lanni Oliveira Pereira
Milena Elissa Lourenço Farias

O Programa Agro Plus é a principal iniciativa privada brasileira voltada para a promoção da gestão sustentável de propriedades rurais. Seu surgimento está diretamente relacionado às transformações ocorridas no agronegócio nas últimas décadas, nas quais o uso de tecnologia para aumento da produtividade e atendimento às demandas de padrões internacionais por responsabilidade socioambiental passaram a fazer parte do cotidiano dos produtores para se manterem competitivos.

O Programa foi criado em 2011 pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE em parceria com a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso - APROSOJA sob o nome de Soja Plus, com foco na cadeia produtiva da soja. Com o sucesso obtido e a demanda dos produtores rurais, sua abrangência aumentou, novos parceiros passaram a integrar o processo e o programa mudou o nome para Agro Plus, ampliando seu alcance para diferentes culturas e regiões do país.

A partir de 2006 o mercado internacional passou a exigir do Brasil produtos agrícolas com comprovação de origem, boas práticas socioambientais e conformidade com a legislação trabalhista e ambiental. Em 2020, este movimento se intensificou com a restrição de produtos

oriundos de áreas desmatadas e sem rastreabilidade. Com essas novas exigências, muitos produtores rurais enfrentaram dificuldades para organizar sua propriedade, fazer uma boa gestão das operações e implementar práticas de saúde e segurança e atender às rigorosas exigências legais e de mercado.

Nesse sentido, o Agro Plus surgiu justamente para preencher essa lacuna, oferecendo ao produtor uma ferramenta completa, gratuita e prática para diagnosticar sua propriedade, identificar falhas, planejar soluções e acompanhar a evolução por meio de mais de 260 indicadores socioambientais, baseados na legislação brasileira. O programa foi estruturado para integrar quatro pilares fundamentais: aspectos produtivos, econômicos, ambientais e sociais.

O principal objetivo é transformar a propriedade rural em um empreendimento de gestão eficiente e sustentável. Para tanto, são oferecidos treinamentos práticos em dias de campo e realizadas visitas técnicas com a utilização de *checklists*, materiais orientativos e um plano de ação individualizado, que auxilia o produtor a promover todas as etapas de melhoria. Essa metodologia fez com que o Agro Plus tenha se tornado uma ferramenta reconhecida por sua

didática e eficiência, adotada por agricultores de diferentes perfis.

Os objetivos gerais do programa incluem: promover boas práticas agrícolas; apoiar o produtor na adequação à legislação ambiental e trabalhista; melhorar a organização administrativa; elevar a produtividade por meio do uso eficiente de insumos e maquinários; reduzir impactos ambientais e fortalecer a imagem da agricultura brasileira no país e no exterior. Ao fazer isso, o Agro Plus contribui diretamente para a competitividade do agronegócio, pois incentiva os produtores a adotarem boas práticas, a reduzir riscos econômicos e a conservarem os recursos ambientais, por conseguinte obtendo maior facilidade para acessar mercados exigentes, atendendo a padrões mais rigorosos e preparando-se para obtenção de certificações que diferenciam o produto, agregando valor e maiores margens de rentabilidade

Outro aspecto central é o foco na melhoria contínua. O Agro Plus não é uma certificação e não funciona como auditoria punitiva. Em vez disso, oferece acompanhamento técnico periódico quanto à gestão da propriedade, permitindo que o produtor avance gradualmente, de acordo com sua realidade e capacidade de investimento. Esse

caráter evolutivo e educativo faz com que o programa tenha uma ótima aceitação no campo, especialmente porque atende às especificidades de cada propriedade.

Os princípios gerais que orientam o programa incluem:

- Gestão integrada da propriedade: todos os setores da fazenda são avaliados, a exemplo da infraestrutura, saúde e segurança no trabalho, proteção ambiental, produção, armazenagem e organização documental.
- Transparência e rastreabilidade: uso de registros e indicadores que permitem acompanhar o desempenho e comprovar as boas práticas.
- Protagonismo do produtor: o agricultor participa ativamente de todas as etapas, recebendo capacitação e sendo responsável pelas tomadas de decisões.
- Inclusividade: o programa é gratuito e acessível, atingindo produtores pequenos, médios e grandes, além de diferentes sistemas produtivos.
- Sustentabilidade como diferencial competitivo: o Agro Plus entende que sustentabilidade não é custo, mas sim um

investimento que aporta retorno econômico junto ao mercado.

O programa está atualmente em 14 estados (PA, MA, RO, TO, SC, PI, BA, MS, MT, MG, GO, SP, PR e RS), totalizando 8.500 propriedades rurais, com 9 milhões de ha de áreas agrícolas atendidas, envolvendo a participação de associações de produtores rurais, universidades, instituições de estudo e pesquisa, empresas, sociedade civil, e órgãos governamentais como coordenadores e parceiros nacionais e internacionais que garantem a continuidade da sua implementação.

No final de 2025, o Programa Agro Plus foi oficialmente reconhecido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) com a concessão do Selo de Boas Práticas Agropecuárias (BPA). Tal reconhecimento atesta que o programa atende aos requisitos estabelecidos na Portaria nº 337, de 8 de novembro de 2021, que dispõe sobre os critérios e procedimentos para certificação em boas práticas no setor agropecuário.

Adicionalmente, essa certificação fortalece o reconhecimento institucional da iniciativa, uma vez que se articula às políticas do Governo Federal voltadas à concessão de crédito agrícola diferenciado para produtores

que adotam e comprovam a implementação de boas práticas produtivas e socioambientais.

Essa evolução evidencia o processo de consolidação do Agro Plus como referência nacional em gestão socioambiental no meio rural, destacando-se pela promoção de práticas sustentáveis, conformidade normativa e qualificação da produção agropecuária.

Nesse sentido, no estado do Maranhão, por exemplo, onde o Agro Plus MA é coordenado pela UFMA, além do aprimoramento técnico e responsabilidade ambiental, a iniciativa do programa reconhece que o desenvolvimento sustentável está diretamente associado ao respeito aos direitos humanos e à valorização das pessoas envolvidas no processo produtivo.

1.1 A Evolução do Agro Plus para uma Abordagem Socio estratégica

A trajetória institucional do programa Agro Plus demonstra um processo de amadurecimento que ultrapassa a dimensão produtiva do setor agropecuário, incorporando progressivamente aspectos sociais, ambientais e institucionais. Inicialmente, voltado ao fortalecimento de

práticas produtivas e à melhoria da competitividade no campo, o programa passou a integrar uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento rural sustentável.

Essa mudança de perspectiva está alinhada com agendas globais e nacionais que reconhecem o papel estratégico do meio rural no desenvolvimento sustentável. Essa integração permite que o Agro Plus contribua não apenas para o aumento da produtividade e da eficiência econômica, mas também para a promoção de condições mais justas e inclusivas no campo, especialmente nos estados do Maranhão e do Piauí. Aliado a isso, a assistência técnica passou a incorporar dimensões socioambientais estruturadas em três pilares:

I. Direitos Humanos: identificar boas práticas e desafios à consolidação da cidadania no meio rural.

II. Igualdade de Gênero: analisar a participação das mulheres nas atividades produtivas e as desigualdades de gênero no campo.

III. Juventude rural: avaliar o acesso de jovens à capacitação técnica e às tecnologias, visando à permanência e à renovação sustentável das práticas produtivas no meio rural.

A garantia dos Direitos Humanos constitui um dos pilares fundamentais do Estado Democrático no Brasil. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seus artigos 5º, 6º e 7º, direitos fundamentais relacionados à liberdade, igualdade, dignidade humana e direitos sociais, incluindo educação, trabalho e proteção social. Além disso, o artigo 225 assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, elemento essencial para a qualidade de vida das populações rurais.

Esses princípios dialogam diretamente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 1 (erradicação da pobreza), 3 (saúde e bem-estar), 8 (trabalho decente e crescimento econômico), 10 (redução das desigualdades) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes). No meio rural, as normas trabalhistas também desempenham papel fundamental para garantir condições dignas de trabalho, segurança e proteção social aos trabalhadores do campo.

No que se refere à igualdade de gênero, o ODS 5 estabelece metas voltadas à eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra mulheres. No contexto rural brasileiro, esse tema se relaciona diretamente com

políticas públicas que buscam ampliar o acesso das mulheres à terra, ao crédito e à assistência técnica. A Lei Maria da Penha também se aplica ao contexto rural, garantindo mecanismos de proteção contra a violência doméstica e familiar. Programas como o PRONAF Mulher representam instrumentos importantes de incentivo à autonomia econômica das mulheres agricultoras. Apesar dos avanços, ainda existem desafios relacionados à titularidade feminina da terra e à valorização do trabalho das mulheres no campo.

Por fim, a juventude rural é um elemento estratégico para o desenvolvimento sustentável do campo. O Estatuto da Juventude assegura direitos fundamentais aos jovens, incluindo acesso à educação, trabalho e participação social. Nesse sentido, os ODS 4 (educação de qualidade) e 8 (trabalho decente) reforçam a importância de políticas voltadas à formação técnica, inovação e sucessão rural. Programas de capacitação e incentivo à permanência dos jovens nas atividades agrícolas contribuem para evitar o êxodo rural, promover a modernização do setor e garantir a continuidade da produção agrícola com sustentabilidade social e econômica.



CAPÍTULO 2: **IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA** **AGRO PLUS NOS ESTADOS DO** **MARANHÃO E PIAUÍ**



Abigailde Nascimento Dias
Adam Yvens Araújo Salazar
Amanda Cristina de Sá Teles
Ana Caroline Teixeira Rocha
Ana Paula Fialho Iria
Ângela Maria Campelo da Silva
Álvaro Corrêa Pedrosa
Derllany Sanyelle Torres Oliveira
Dheyra dos Santos Costa
Douglas Chahine Carneiro
Francisco dos Santos Pereira Neto
Francisco Victor Barros Sousa
Heloisa Sabino Carneiro
Ivisson José Gomes Franco
Jorge Fernando de Oliveira Rocha
Larissa Neves Santana
Lis Lanni Oliveira Pereira
Luiz Gustavo Mendonça Viana
Marco Antônio Sousa da Silva
Marcos Siqueira Neto
Maria da Paz Pires Silva
Mateus Euzebio Rosado
Nielson Douglas Nascimento De Sousa
Telmo José Mendes

2.1 Etapa 1 – Período de 2020 – 2023

Este capítulo tem como objetivo descrever a implementação do Programa Agro Plus nos estados do Maranhão e Piauí apresentando o contexto, as estratégias adotadas e os principais avanços ao longo de sua execução. A implantação do programa ocorreu em duas etapas distintas.

A introdução do Programa Agro Plus no estado do Maranhão, no início de 2020, posteriormente expandida ao Piauí em junho do mesmo ano, ocorreu no âmbito do projeto AgriChains, em um contexto de rápida consolidação da fronteira agrícola do MATOPIBA e de crescente demanda por instrumentos que auxiliassem os produtores, de forma prática, no cumprimento da legislação socioambiental e na adoção de boas práticas agrícolas.

A expansão do programa no estado foi viabilizada por meio da parceria entre a ABIOVE e uma de suas empresas associadas, a Cargill, iniciativa que se destacou pela visão estratégica de levar, de forma estruturada e contínua, a agenda socioambiental para dentro das fazendas, aproximando requisitos legais, sustentabilidade e realidade produtiva.

A fase inicial de implantação teve como principal desafio estruturar o programa em um território extenso, marcado por limitações logísticas e elevada heterogeneidade produtiva, envolvendo produtores de pequeno, médio e grande porte. Esse cenário exigiu adaptação metodológica, articulação institucional local e forte atuação em campo. Sob a coordenação inicial de Douglas Chahine, em conjunto com Mateus Rosado, esse período foi determinante para a organização das primeiras ações do programa no estado e para a consolidação de sua base técnica e institucional. O apoio financeiro do projeto e a estrutura criada naquele momento foram determinantes para a padronização das avaliações, a organização da assistência técnica orientativa e a consolidação inicial da iniciativa no território.

Em 2021, a partir dessa estrutura construída no âmbito do projeto AgriChains, foi possível avançar para a implantação e consolidação do Programa Agro Plus na região do Leste Maranhense, com ênfase no território do Baixo Parnaíba. Essa etapa ocorreu em um contexto marcado pela expansão da sojicultura e pela crescente exigência por sistemas produtivos alinhados aos princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

A atuação regional, sob a coordenação de Mateus Rosado e a supervisão técnica de Luiz Gustavo Mendonça Viana, foi determinante para a padronização das avaliações, a organização da assistência técnica orientativa e a consolidação inicial do programa no território, estabelecendo referenciais técnicos regionais e fortalecendo os vínculos com produtores, parceiros e comunidades locais, garantindo a continuidade e o fortalecimento do Agro Plus/ MA nos ciclos subsequentes.

Caracterizada pelo protagonismo feminino, a coordenação referente ao período compreendido entre o segundo semestre de 2022 e o primeiro semestre de 2023 destacou-se pela excelência na condução técnica e pela adaptabilidade gerencial. Nesse período, foram implementadas estratégias voltadas à interlocução com a sociedade e ao enfrentamento das demandas locais. Tais iniciativas foram conduzidas, primeiramente, por Heloisa Sabino e Ana Caroline (UFV) e, posteriormente, pela nova composição da equipe, formada por Heloisa Sabino e Ana Paula (UFV).

No decorrer desse período, novas ações foram implantadas, dentre essas, o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental em 3 escolas rurais junto a

comunidades tradicionais, cujo objetivo era contribuir com a formação dos jovens e instruí-los quanto a práticas sustentáveis aplicáveis à realidade deles. Outro projeto realizado também, foi a expansão do fornecimento de cursos em Manuseio de Agroquímicos alinhados com as Normas Regulamentadoras (NR) não somente para as propriedades atendidas, mas para pequenos produtores rurais das comunidades, bem como o fornecimento de kits de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) para aplicação dos agroquímicos.

Com o desdobramento do plano de ação para esta coordenação definiu-se as seguintes metas, destacadas na (Tabela 1).

Tabela 1. Apresentação das metas e resultados obtidos pelo programa de 2022 a 2023.

Metas	Resultados
1: Atender as 47 propriedades rurais em um período de 17 meses no MATOPIBA (set/22 a ago/23).	Foram atendidas 53 novas propriedades rurais.
2: Aplicar os checklists e elaborar 30 relatórios técnicos das novas propriedades participantes.	Foram atendidos 49 relatórios técnicos nas novas propriedades participantes.

3: Realizar 100 visitas técnicas às fazendas aderidas ao programa.	Foram realizadas 100 visitas de acompanhamento às propriedades já atendidas pelo programa.
4: Realizar 30 cursos de capacitação da NR para os produtores rurais e/ou funcionários sobre qualidade de vida na fazenda, legislação trabalhista, legislação ambiental, construções rurais, gestão ambiental da propriedade, espaço confinado, trabalho em altura, gestão de resíduos, primeiros socorros, manuseio seguro de agroquímicos, classificação de grãos, manuseio e manutenção de máquinas agrícolas, procedimentos seguros em trabalhos com eletricidade, manuseio seguro de inflamáveis.	Foram realizados 25 cursos e capacitações, abrangendo cursos obrigatórios da NR 31, classificação de grãos e manuseio de agroquímicos, com 449 participantes capacitados.
5: Auxiliar os atores do projeto AgriChains na implantação das atividades de cada instituição.	A Meta 5 foi atendida por meio da organização do evento “O caminho dos grãos: Agro Plus e CLI”, realizado em parceria com a Corredor Logístico e Infraestrutura S.A. (CLI), que promoveu o debate entre produtores, profissionais do agro e colaboradores da empresa sobre os desafios logísticos,

	de qualidade e de segregação de grãos na cadeia produtiva.
6: Facilitar a introdução dos temas de balanço de carbono, pagamentos por serviços ambientais e incentivos financeiros para produção responsável.	A Meta 6 foi atendida com a realização da palestra <i>“Caminhos para acessar programas de incentivo financeiro à agricultura de baixo carbono”</i> , que introduziu a os produtores rurais os temas de incentivos financeiros, pagamentos por serviços ambientais e o Plano ABC.

Além das visitas de diagnóstico do Agro Plus, também foram realizadas as visitas de evolução dos indicadores destas propriedades de forma a fornecer assistência técnica contínua. Os dados indicam avanço nos indicadores socioambientais e construções rurais, especialmente nos âmbitos relacionados à formalização trabalhista e capacitação técnica, os resultados são evidenciados no gráfico da (Figura 1). Programas de assistência técnica e certificação, como o Agro Plus, contribuem para a melhoria contínua das práticas produtivas e da gestão das propriedades rurais, promovendo capacitação técnica, adequação às legislações ambientais e trabalhistas e

monitoramento de indicadores socioambientais por meio de diagnósticos e checklists de conformidade (ABIOVE, 2023).

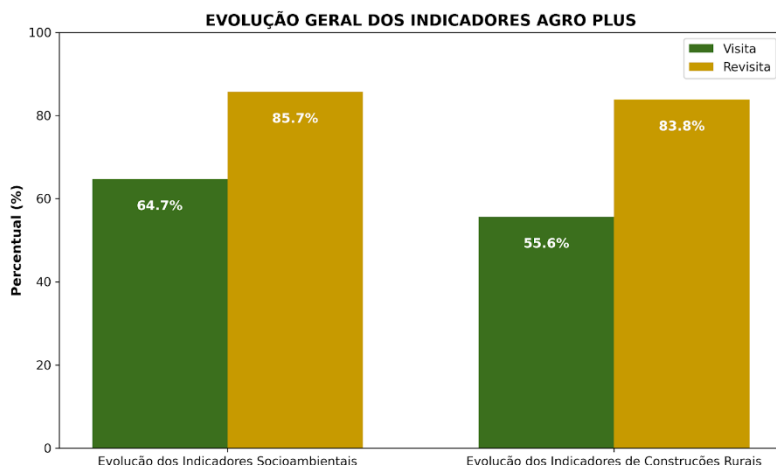


Figura 1. Evolução geral dos indicadores Agro Plus. Comparação dos resultados dos indicadores socioambientais e de construções rurais das propriedades atendidas, avaliados na primeira visita (visita inicial) e na revisita nas propriedades.

Diferente da fiscalização punitiva, a assistência técnica do Agro Plus destaca-se pelo caráter educativo. O gráfico evidencia o sucesso dessa abordagem: na fase de visita (Figura 1), o técnico identifica as não conformidades e elabora um relatório orientativo. A barra de revisita (barra

dourada na (Figura 1) comprova a evolução: por meio das orientações, do apoio técnico e contínuo o produtor realiza as adequações necessárias na propriedade, elevando os seus indicadores de forma gradativa e significativa.

O aumento dos indicadores de Construções Rurais reflete a melhoria nas questões relacionadas a bem estar e segurança dos trabalhadores, promovendo adequações às normas de dignidade humana, especialmente a Norma Regulamentadora (NR) 31. Na prática, esses números representam a substituição de alojamentos precários por dormitórios com separação de sexos, ventilação adequada e armários individuais, bem como a implementação de áreas de vivência nas frentes de trabalho, garantindo que o trabalhador tenha locais dignos para alimentação e higiene, longe do sol e de outras intempéries.

Além disso, as orientações adotadas contribuíram para a redução de riscos ao trabalhador, por meio do distanciamento adequado, do cumprimento de premissas relacionadas aos depósitos de produtos químicos e de pontos de abastecimento.

A evolução nos indicadores socioambientais demonstra a migração da informalidade para a segurança jurídica. O aumento reflete a regularização contratual

(migração de diárias informais para ^[1] Contratos de Safra ou Pequeno Prazo) e a implementação efetiva dos programas de saúde e segurança (PGRTR e PCMSO) ^[2]. Isso sinaliza que o produtor compreendeu que a formalização não é burocracia, mas a única blindagem eficaz contra o passivo trabalhista e a precarização social

Além das orientações e da entrega do relatório técnico de acompanhamento, o programa fornece materiais como placas e manuais dentre as metas 4, 5 e 6 havia a execução de cursos de capacitação para os produtores rurais e/ou funcionários, e demais pessoas envolvidas. Para a execução dos cursos obrigatórios na Norma Regulamentadora (NR) 31 por intermédio da contratação da prestação de serviços de empresas credenciadas e com profissionais devidamente autorizados para ministrarem os cursos de espaço confinado, trabalho em altura, primeiros socorros, manuseio

¹ Contrato de Safra: Contrato de trabalho rural por tempo determinado, vinculado ao período da safra agrícola. Contrato de Pequeno Prazo: Contrato formal para atividades rurais temporárias e pontuais, com duração máxima de até dois meses no ano.

² PGRTR: Programa de Gerenciamento de Riscos no Trabalho Rural, destinado à identificação, avaliação e controle dos riscos ocupacionais nas atividades rurais. PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, voltado ao monitoramento e à preservação da saúde dos trabalhadores por meio de ações médicas preventivas.

seguro de agroquímicos, manuseio e manutenção de máquinas agrícolas e manuseio seguro de inflamáveis.

Assim, foram ofertadas 16 turmas distribuídas nos cursos listados acima com 287 participantes. Para além dos cursos obrigatórios pelas Normas Regulamentadoras (NR) foi articulado com um palestrante devidamente credenciado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil (MAPA) como classificador de grãos a oferta de 4 turmas com 66 participantes do curso de “Noções em Classificação de Grãos”.

Além dos cursos mencionados acima, que também se encontram na (Tabela 1), foram realizadas capacitações quanto a Manuseio de Agroquímicos não somente a trabalhadores formais das propriedades, mas também aos pequenos produtores que realizavam a aplicação com bomba costal em menor escala, muitas vezes sem EPIs e sem prévio conhecimento dos riscos e como evitá-los. Então foi ofertado 5 turmas do custo de “Manuseio de defensivos agrícolas para pequenos produtores” com 96 participantes, e com distribuição de 100 kits de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por meio de diversos parceiros locais com empresas, sindicatos, escolas e associações.

Também foi proposta a realização de oficinas de educação ambiental em escolas rurais do leste maranhense e de um evento no Parque Ambiental de Anapurus. As atividades incluíram uma sequência de três oficinas realizadas em duas escolas rurais da rede municipal de ensino de Anapurus e na Casa Familiar Rural de Buriti, envolvendo 77 alunos participantes.

Como parte das ações, foi promovida uma competição de soluções sustentáveis voltada aos problemas ambientais identificados nas comunidades de cada aluno. A votação ocorreu durante um evento final no Parque Ambiental de Anapurus, que contou com 113 participantes, entre representantes da ABIOVE, membros de prefeituras e atores do projeto AgriChains. Como premiação, a equipe vencedora realizou uma visita à Embrapa Cacaos, em São Luís, Maranhão (Tabela 2).

Tabela 2. Caracterização das ações desenvolvidas no âmbito do programa Agro Plus

AÇÃO	EVENTOS/CURSOS	MUNICÍPIOS	Nº DE TURMAS	PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
Treinamentos	Cursos previstos nas Normas Regulamentadoras (NR)	Buriti e Parnarama (MA)	16 turmas	287	Trabalhadores formais das propriedades
	Noções em Classificação de Grãos	Buriti e Anapurus (MA)	4 turmas	66	Trabalhadores rurais e agentes do setor
	Manuseio de defensivos agrícolas para pequenos produtores	Diversos municípios do Leste Maranhense	5 turmas	96	Pequenos produtores rurais
Oficinas educativas	Oficinas de Educação Ambiental	Anapurus (escolas rurais)	3 oficinas	77	Alunos da rede municipal
	Oficinas de Educação Ambiental	Buriti (Casa Familiar Rural)	3 oficinas	77	Alunos da Casa Familiar Rural
	Evento de Educação Ambiental	Parque Ambiental de Anapurus	1 evento	113	Comunidade, alunos e parceiros
Evento competitivo	Competição de soluções sustentáveis	Parque Ambiental de Anapurus	1 evento	113	Alunos, ABIOVE, prefeituras e AgriChains

. Neste tópico dedicado à descrição das atividades da meta 5 de auxiliar os atores do projeto AgriChains na implantação das atividades de cada instituição, descrevem ações específicas com os atores que possuíam soluções voltadas para a realidade dos produtores.

A exemplo tem-se a organização do evento “O caminho dos grãos: Agro Plus e CLI” sendo junto ao integrante do projeto AgriChains, Corredor Logístico e Infraestrutura S.A (CLI) empresa que integra o Consórcio Terminal de Grão do Maranhão - Tegram no porto de Itaqui em São Luís no Maranhão. Com o objetivo de incentivar debates acerca dos desafios logísticos, de qualidade e de segregação dos grãos nos dois elos da cadeia entre produtores, profissionais do agro e colaboradores da CLI.

Ademais, representando o Programa Agro Plus no Maranhão, a coordenação participou, a convite da GIZ Brasil, da Reunião do Comitê do Pacto da Região de Balsas, realizada em 17 de maio de 2023. Trata-se de um acordo multisetorial que tem por finalidade promover a melhoria da produção de culturas da agricultura familiar nas comunidades integrantes do pacto.

A reunião ocorreu na sede da FAPCEN (Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte) e contou

com a participação de representantes da Fundação Solidaridad, de membros do PCI-Balsas e da IDH, instituição idealizadora do pacto e parceira do projeto AgriChains.

Finalizando as atividades relacionadas a eventos, tem-se a meta 6 de facilitar a introdução dos temas de balanço de carbono, pagamentos por serviços ambientais e incentivos financeiros para produção responsável. Para iniciar as discussões dos temas na região foi realizado junto a parceiros a palestra denominada “Caminhos para acessar programas de incentivo financeiro a agricultura de baixo carbono” com foco nos produtores rurais e suas dúvidas acerca de requisitos legais para acessos a esses incentivos e sobre o Plano ABC que é uma estratégia brasileira que visa promover práticas agrícolas sustentáveis e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) no setor agropecuário.

Com o objetivo de finalizar as articulações diretas com os atores do projeto AgriChains, houve a participação da ABIOVE e do Programa Agro Plus em reunião realizada em junho de 2023, em Brasília, junto ao gerente de operações da própria ABIOVE. O encontro teve como foco a discussão sobre padrões e programas de sustentabilidade para a

cadeia da soja, no âmbito dos Diálogos da Soja Sustentável para o Corredor de Itaqui.

A mesma, teve como objetivo avaliar o grau de sucesso na implementação dos padrões e programas apoiados pelo Projeto no estado do Maranhão, que já beneficiam mais de 100 propriedades e mais de 300 mil hectares de produção de soja com práticas sustentáveis, e avaliar as sinergias e complementaridades entre os programas, assim como os desafios e aprendizados vivenciados pelas instituições que implementam estes padrões e programas.

Por fim, este período fortaleceu parcerias e ampliou o contato com as comunidades no entorno das propriedades rurais estreitando laços e possibilitando sinergias futuras. Além da realização do cerne do Agro Plus de assistência técnica contínua quanto ao cumprimento das conformidades legais para o trabalho e produção agrícola sustentável.

2.2 Etapa 2 – Período de 2023 a 2025

Sequencialmente, a gestão do Programa Agro Plus no estado do Maranhão e Piauí foi assegurada pelas discentes da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Larissa

Neves e Amanda Cristina de Sá Teles. Sob a supervisão de Aziz Galvão, as então técnicas do programa deram continuidade às atividades durante o período compreendido entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024. O objetivo principal era continuar atuando no fortalecimento da sustentabilidade socioambiental, promovendo boas práticas agrícolas em conformidade com as legislações e valorizando o produtor rural.

A segunda etapa do Programa Agro Plus corresponde a um período de consolidação e ampliação das ações anteriormente desenvolvidas. Nessa fase, além da continuidade das visitas técnicas e capacitações, o programa passou a fortalecer a formação de técnicos extensionistas, ampliar as atividades de educação ambiental e intensificar o diálogo institucional com diferentes atores da cadeia produtiva.

O escopo de trabalho para esse ciclo envolve realizar visitas de acompanhamento de propriedades já atendidas pelo programa bem como expandir para novas fazendas junto a isso retomando o acompanhamento de propriedades rurais localizadas na microrregião de Balsas, no Sul do Maranhão. Realizar cursos e capacitações para atendimento às legislações socioambientais aplicadas às propriedades

rurais. Formar técnicos extensionistas da Universidade Federal do Maranhão para atuação/coordenação do programa Agro Plus. Realizar eventos e Workshops para apresentação e debate dos resultados gerais. E, atualizar o checklist do Programa Agro Plus com inclusão de indicadores voltados para juventude, gênero e direitos humanos.

No que se refere à assistência técnica nas propriedades rurais, o programa realizou suas atividades em 139 fazendas realizando visitas de abertura do programa, entrega de relatórios e visitas de acompanhamento da evolução das propriedades sendo 119 localizadas no leste maranhense e 20 no sul maranhense. As avaliações indicaram que os principais desafios das propriedades estão relacionados às construções rurais, devido ao alto investimento necessário, e aos indicadores socioambientais, especialmente gestão de riscos no trabalho e gestão de resíduos, áreas que ainda enfrentam limitações estruturais e institucionais na região.

No que tange a capacitações e cursos, durante esse período foram organizados mais de 20 cursos e treinamentos voltados para produtores rurais, trabalhadores e técnicos, com foco na adequação às legislações socioambientais e

melhoria de práticas no campo. Entre os principais temas abordados destacam-se: Saúde e Segurança no Trabalho Rural, com foco nas normas regulamentadoras; Classificação de grãos, promovendo boas práticas de amostragem e padronização; Uso de defensivos agrícolas, com capacitação de pequenos produtores e distribuição de kits de EPI; Agricultura de baixo carbono e sustentabilidade climática. Além disso, o programa marcou presença em dias de campo estratégicos na região, fortalecendo parcerias e ampliando o alcance das ações junto aos produtores.

Outra questão trabalhada durante esse período foi a formação de técnicos extensionistas em parceria com a Universidade Federal do Maranhão. O programa promoveu a formação de 10 técnicos, por meio de um ciclo estruturado de capacitação voltado aos alunos universitários, abrangendo todos os temas do checklist aplicado nas propriedades.

O processo incluiu encontros teóricos, estudo de caso, avaliações e entrevistas, dos quais cinco estudantes foram aprovados no processo seletivo e passaram a atuar como coordenadores de campo, integrando a equipe de execução do programa por meio de estágios supervisionados. Essa estratégia contribuiu para a formação

de profissionais qualificados, com conhecimento prático em legislação ambiental e trabalhista, boas práticas agrícolas e gestão socioambiental. Além disso, proporcionou aos universitários o contato direto com produtores, fortalecendo assim as relações entre o ambiente acadêmico e a realidade rural.

Além disso, com o objetivo de ampliar o impacto social do programa, foi desenvolvido o Projeto de Educação Ambiental: Soluções para os Desafios Climáticos, voltado para escolas rurais dos municípios de Anapurus, Brejo e Buriti. O projeto buscou promover conscientização ambiental, o engajamento de jovens e o fortalecimento do vínculo entre comunidades locais e produtores rurais, por meio de atividades educativas, gincanas temáticas e apresentação de projetos, culminando em um evento final de integração.

Durante o ano de 2024, o Programa Agro Plus/UFMA promoveu e participou de workshops e eventos institucionais, com foco na apresentação de resultados, disseminação de conhecimento e fortalecimento de parcerias. Destacam-se: Workshops sobre Agronegócio Sustentável e Agricultura de Baixo Carbono; Apresentações institucionais do programa a associações de produtores

rurais; Formalização de acordo de cooperação entre a ABIOVE e a UFMA, ampliando a atuação conjunta em ações de extensão, pesquisa e capacitação.

Durante esse período, o programa também avançou no aperfeiçoamento de seus instrumentos metodológicos, especialmente por meio da atualização dos checklists utilizados nas visitas técnicas.

Em consonância com a ampliação da abordagem do Programa Agro Plus, que reconhece que o desenvolvimento sustentável também envolve importantes dimensões sociais no meio rural, os checklists utilizados nas visitas técnicas do Programa Agro Plus/UFMA foram revisados, passando a incluir indicadores sociais e de governança relacionados a essas temáticas.

A atualização dos checklists com a inclusão de indicadores voltados aos Direitos Humanos, à Igualdade de Gênero e à Juventude rural representa um avanço metodológico do Programa Agro Plus/UFMA, ao incorporar dimensões sociais de forma estruturada à assistência técnica. Embora neste capítulo sejam apresentadas as bases operacionais dessa incorporação, a análise sistemática dos resultados obtidos, bem como a avaliação das condições e percepções identificadas nas propriedades

dos estados do Maranhão e Piauí, será desenvolvida nos capítulos que seguem, nos quais os três pilares serão examinados de forma individualizada e comparativa.

Em âmbito institucional, destaca-se que o programa, inicialmente conduzido pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), passou a ser coordenado no estado do Maranhão pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) a partir do segundo semestre de 2024, fortalecendo sua governança local. A partir desse período, a coordenação passou a ser exercida por Ivisson Franco, Abigailde Dias, Jorge Fernando, Francisco Victor e Dheyla Santos, equipe responsável por dar continuidade às ações do Programa Agro Plus no Maranhão e Piauí.

Esse processo foi consolidado com a formalização do acordo de cooperação firmado em abril de 2024 entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) na condição de anuente interveniente, o que ampliou o alcance territorial das ações e reforçou a integração entre ensino, pesquisa, extensão e produção agrícola.

O projeto de Educação Ambiental anteriormente implementado nas escolas da microrregião de Chapadinha

(MA), a fim de fortalecer o caráter educativo e participativo, teve continuidade, e, em 8 de agosto de 2025, estudantes e professores apresentaram projetos desenvolvidos. O tema escolhido foi “Apague essa ideia: Queimada não é a solução”, estimulando reflexões e debates sobre os impactos socioambientais das queimadas, sobre as estratégias de prevenção e a importância da conservação dos ecossistemas locais, reforçando o papel da educação ambiental na transformação sociedade local e sustentabilidade na agricultura familiar.

Como premiação pelo desempenho no projeto, 12 alunos da Unidade Integrada Cecílio Rodrigues Teixeira (Polo Angical) participaram, no dia 12 de dezembro de 2025, de uma visita técnica ao Parque Nacional das Sete Cidades, no Piauí. A comitiva contou com o apoio de dois professores, um representante da Casa Familiar de Buriti, além do coordenador do Programa Agro Plus/UFMA, Prof. Dr. Gregori Ferrão e dos coordenadores de campo Abigailde Dias, Ivisson Franco e Lis Lanni. A expedição proporcionou aos estudantes uma vivência prática de aprendizado, contato direto com a natureza e o fortalecimento da consciência da preservação ambiental.

Esse conjunto de atividades evidencia a importância da atuação do Agro Plus/UFMA não somente diretamente com os produtores, mas com a iniciativa, além de oferecer suporte técnico aos produtores, promove o engajamento da comunidade escolar e incentiva atitudes voltadas à sustentabilidade. Sua atuação contribui diretamente para ampliar o conhecimento, transformar comportamentos e consolidar uma cultura de gestão responsável no campo, demonstrando que programas de extensão bem estruturados geram benefícios sociais, ambientais e produtivos significativos.

Em uma região na qual o agronegócio exerce papel estratégico no desenvolvimento econômico, o Agro Plus/UFMA tem auxiliado os produtores no enfrentamento de desafios relacionados às condições edafoclimáticas, ao cumprimento da legislação ambiental e às limitações operacionais do sistema de produção através da assistência técnica prestada aos produtores. Com a realização de diagnósticos nas propriedades, a elaboração de planos de ação, as capacitações e visitas técnicas, o programa busca elevar os padrões de conformidade e eficiência, aproximando ensino, pesquisa e prática agrícola.



CAPÍTULO 3: **METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO** **DOS INDICADORES DE DIREITOS** **HUMANOS, IGUALDADE DE** **GÊNERO E JUVENTUDE RURAL**





Ivisson José Gomes Franco
Natália Torres da Silva
Nielson Douglas Nascimento De Sousa
Pedro Henrique Moré Garcia

Este capítulo tem como foco analisar as condições e percepções relacionadas aos direitos humanos, à igualdade de gênero e à inserção de jovens no campo, no contexto das ações do Programa Agro Plus/UFMA. A análise busca promover a compreensão dos princípios fundamentais dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que examina a atuação das mulheres e sua inserção no meio rural. Além disso, o texto discute o acesso de jovens e mulheres à capacitação técnica e às tecnologias agrícolas, considerando seus efeitos sobre a permanência no campo e o fortalecimento de práticas produtivas mais inclusivas.

O sistema de avaliação do Programa Agro Plus/UFMA incorpora três indicadores sociais complementares: Direitos Humanos (DH), Igualdade de Gênero (GEN) e Juventude Rural (JUV). Em conjunto, esses indicadores permitem analisar as condições de trabalho, a participação feminina nas atividades produtivas e o envolvimento da juventude nas propriedades rurais, contribuindo para uma compreensão mais ampla das dimensões sociais da sustentabilidade no meio rural.

Assim, ao integrar esses três indicadores às ações de assistência técnica, o Programa Agro Plus/UFMA amplia seu impacto social, reforçando que a produtividade deve

caminhar junto com o respeito às pessoas. Desse modo, o presente levantamento busca demonstrar como o fortalecimento humano e a inclusão social são fatores decisivos para uma agricultura mais justa, participativa e sustentável.

Desenho Metodológico

A elaboração deste material baseou-se em análise documental, entrevistas e observação direta, realizadas em propriedades participantes do Programa Agro Plus/UFMA durante as visitas técnicas. O programa é uma iniciativa da ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), coordenada pela Universidade Federal do Maranhão por meio da equipe Agro Plus/UFMA, com apoio do Projeto AgriChains da GIZ Brasil.

Atualmente, os técnicos do programa acompanham 161 propriedades rurais distribuídas em 35 municípios do Maranhão e 4 municípios do Piauí. Conforme apresentado na Figura 2, observa-se a distribuição espacial das propriedades atendidas pelo programa nos dois estados de atuação.

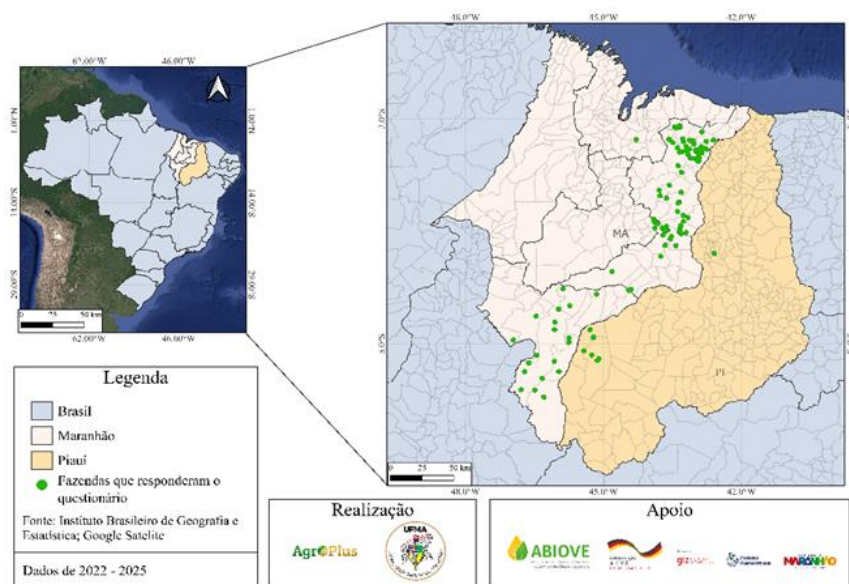


Figura 2. Distribuição das propriedades atendidas pelo Programa Agro Plus/UFMA no Maranhão e Piauí.

O indicador de Direitos Humanos (DH) foi aplicado 135 propriedades no total, sendo 128 no Maranhão e 7 no Piauí. Conforme apresentado na (Figura 3), observa-se a distribuição das propriedades participantes da pesquisa nos dois estados, evidenciando a predominância das unidades avaliadas no Maranhão.

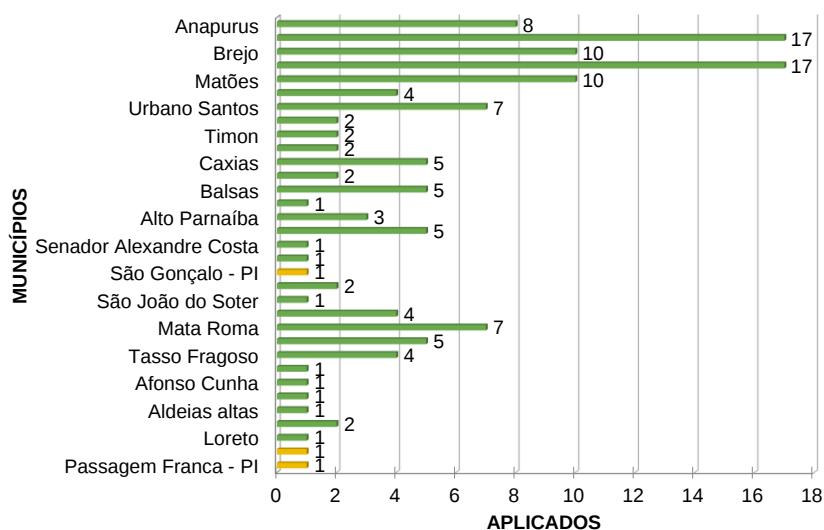


Figura 3. Número de propriedades atendidas pelo Programa Agro Plus/UFMA no Maranhão (verde) e Piauí (laranja) que participaram da pesquisa sobre Direitos Humanos.

O indicador de Juventude Rural (JUV) foi aplicado em 63 propriedades no total, sendo 59 no Maranhão e 4 no Piauí. Observa-se uma amostragem inferior à dos demais indicadores, fato justificado pela sua inserção mais tardia no checklist Agro Plus/UFMA. Como ilustrado na (Figura 4), a amostragem referente à juventude apresenta menor abrangência em comparação aos demais indicadores, em função da inserção mais recente desse instrumento no checklist do programa.

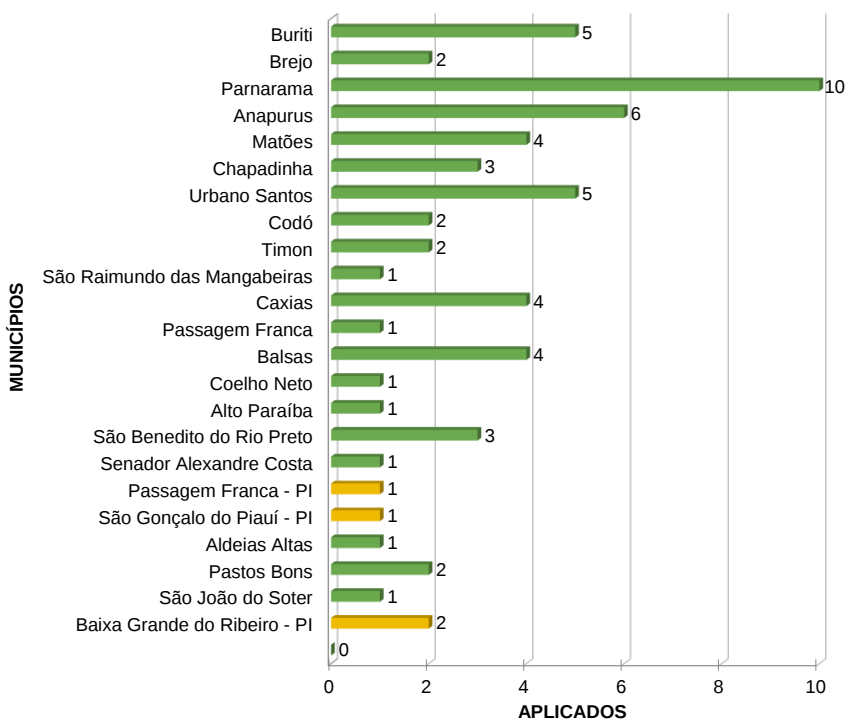


Figura 4. Número de propriedades atendidas pelo Programa Agro Plus/UFMA no Maranhão (verde) e Piauí (laranja) que participaram da pesquisa sobre Juventude Rural (JUV).

No caso do indicador de Igualdade de Gênero (GEN), ele foi aplicado em 87 propriedades no total, sendo 83 no Maranhão e 4 no Piauí. De acordo com a (Figura 5), observa-se a distribuição das unidades avaliadas quanto à participação feminina nas atividades produtivas.

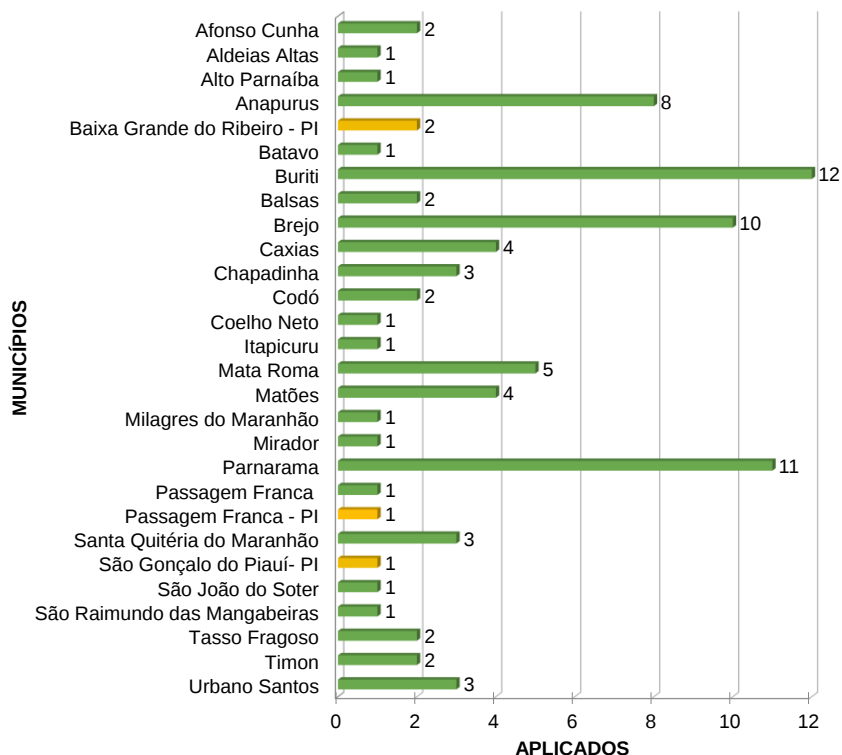


Figura 5. Número de propriedades atendidas pelo Programa Agro Plus/UFMA no Maranhão (verde) e Piauí (laranja) que participaram da pesquisa sobre Igualdade de Gênero (GEN).

A coleta de dados ocorreu por meio de questionários estruturados, aplicados conforme o perfil dos respondentes, além de observação direta e análise documental realizadas durante as visitas técnicas às propriedades. As questões

foram direcionadas de acordo com o público participante, da seguinte forma:

- Proprietários e gerentes responderam aos questionários relacionados aos aspectos gerenciais e administrativos das propriedades;
- Funcionários, funcionárias e jovens responderam aos instrumentos voltados aos indicadores sociais do programa, sendo eles:
- Direitos Humanos (DH): composto por 9 perguntas fechadas, com respostas do tipo “sim” ou “não”;
- Igualdade de Gênero (GEN): composto por 10 perguntas, sendo 7 fechadas e 3 abertas, com opções adicionais de resposta;
- Juventude Rural (JUV): composto por 10 perguntas, sendo 8 fechadas e 2 abertas, também com opções complementares de resposta.

Dessa forma, cada indicador foi aplicado ao público mais pertinente ao seu conteúdo, não sendo todos os instrumentos aplicados a todos os perfis de respondentes nem em todas as propriedades atendidas pelo programa. A aplicação dos instrumentos ocorreu durante visitas técnicas realizadas pela equipe Agro Plus/UFMA em propriedades rurais no ano de 2024.

O indicador de Direitos Humanos (DH) foi aplicado diretamente aos trabalhadores das propriedades, com o objetivo de avaliar, de forma mais precisa, as condições de trabalho, o respeito à dignidade humana e o acesso a direitos fundamentais.

O indicador de Juventude Rural (JUV) foi aplicado com os proprietários, gerentes ou secretários responsáveis por receber a equipe técnica, buscando compreender a presença e o envolvimento dos jovens nas atividades produtivas.

Já o indicador de Igualdade de Gênero (GEN) foi aplicado diretamente às mulheres atuantes nas propriedades. Quando não era possível ou quando não havia colaboradoras mulheres, o produtor ou gerente fornecia as informações correspondentes.

No estudo, serão apresentadas análises que evidenciam a participação e o papel de cada grupo avaliado pelos indicadores, possibilitando a visualização sistematizada da inserção de mulheres, jovens e trabalhadores rurais nas atividades do campo.

Essa organização dos dados culmina na consolidação analítica dos resultados e fornece suporte às inferências finais da pesquisa, permitindo compreender de forma

integrada os aspectos sociais e produtivos relacionados aos três pilares avaliados.

Observa-se que as diferenças de amostragem entre os indicadores decorrem da evolução metodológica do checklist do programa, que passou a incorporar gradualmente novos instrumentos de avaliação ao longo dos ciclos de implementação.

No caso do indicador de Juventude Rural (JUV), a amostragem foi menor em relação aos demais indicadores, devido à sua inserção mais recente no checklist do programa.

Além disso, em algumas propriedades, a coleta de dados sobre Igualdade de Gênero (GEN) ocorreu de forma indireta, quando não havia mulheres disponíveis para responder diretamente aos questionários, sendo as informações fornecidas por proprietários ou gerentes.

Esses aspectos indicam oportunidades de aprimoramento futuro, como a ampliação da aplicação dos instrumentos a todos os públicos, maior padronização da coleta e fortalecimento da participação direta dos diferentes grupos sociais nas respostas.



CAPÍTULO 4: **CAMINHOS PARA FORTALECER A** **INTEGRAÇÃO DE UMA** **ABORDAGEM DE DIREITOS** **HUMANOS NA CADEIA** **PRODUTIVA DA SOJA**



Flávia Scabin
Tamara Brezighello Hojaij
Derllany Sanyelle Torres
Francisco Victor Barros Sousa
Abigailde Nascimento Dias
Lis Lanni Oliveira Pereira
Ângela Maria Campelo da Silva

4.1 Introdução

A cadeia produtiva da soja ocupa posição estratégica na economia brasileira e nas dinâmicas contemporâneas do comércio internacional. Por exemplo, entre 2018 e 2023, a produção de soja no Brasil aumentou em 2.677 toneladas, alcançando 120.589 toneladas em 2023 (Euromonitor, 2024). Naquele mesmo ano, a soja liderou com ampla margem a área colhida (cerca de 41 milhões de hectares) em relação a outras culturas, como a cana-de-açúcar (cerca de 9 milhões) ou cereais em geral (aproximadamente 28 milhões de hectares) (Euromonitor, 2024). Esse desempenho está ancorado, sobretudo, no centro-oeste do país, com destaque para o estado de Mato Grosso (Mendes *et al.*, 2025).

Além disso, o protagonismo brasileiro no mercado de comércio internacional de soja é crescente. Desde o início dos anos 2010, o Brasil lidera as exportações globais (Valdes *et al.*, 2023). Em 2021/22, o país exportou 77,1 milhões de toneladas de soja, superando os Estados Unidos (58 milhões de toneladas), o segundo maior exportador; com destino sobretudo à China (Valdes *et al.*, 2023). Em 2023, o

Brasil consolidou sua liderança global, respondendo por 34,6% da produção mundial de soja (Euromonitor, 2024).

Seu peso produtivo e territorial faz com que as expectativas dirigidas aos agentes que participam da cadeia produtiva da soja (produtores, processadoras, financiadores, compradores e demais parceiros comerciais) transcendam a lógica estrita da produtividade e do cumprimento formal da legislação. De forma crescente, espera-se que esses atores operem segundo parâmetros de conduta empresarial responsável, capazes de integrar desempenho econômico, gestão de riscos, respeito aos direitos humanos, proteção do trabalho e atenção aos impactos sociais e ambientais associados à atividade econômica (OECD, 2023; OECD, FAO, 2016).

Essa mudança está fortemente relacionada à consolidação de referenciais internacionais que reformularam a maneira de compreender o papel das empresas nas cadeias produtivas globais. Os Princípios Orientadores (POs) da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Empresas e Direitos Humanos estabeleceram o marco segundo o qual empresas devem respeitar direitos humanos e atuar para prevenir e enfrentar riscos de impactos adversos sobre esses direitos. Nessa arquitetura,

a devida diligência em direitos humanos (DDDH) ocupa lugar central: ela representa o esforço contínuo de identificar, prevenir, mitigar, monitorar e comunicar como a empresa enfrenta impactos adversos aos direitos humanos, reais e potenciais, associados às suas operações e relações de negócio (OHCHR, 2011).

As Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável, atualizadas em 2023, reafirmam essa expectativa e a inserem em uma agenda mais ampla, que abrange direitos humanos, emprego e relações de trabalho, meio ambiente, divulgação de informações, combate à corrupção, interesses do consumidor, ciência e tecnologia, concorrência e tributação. As Diretrizes também reforçam a lógica de devida diligência baseada em risco, voltada a minimizar impactos adversos associados às operações, produtos e serviços das empresas (OECD, 2023).

No campo agrícola, essa agenda ganha contornos ainda mais específicos. A OECD- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) Guidance for Responsible Agricultural Supply Chains (2016) foi elaborada justamente para adaptar a conduta empresarial responsável

e a diligência baseada em risco ao funcionamento das cadeias agrícolas, cobrindo setores a montante e a jusante, do fornecimento de insumos à produção, processamento, transporte, comercialização e distribuição. Essa orientação é particularmente importante para o setor da soja porque permite conectar gestão empresarial, trabalho, recursos naturais, território e relações de mercado sob uma mesma lógica de governança responsável (OECD, FAO 2016).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) complementa esse quadro ao oferecer parâmetros diretamente relacionados ao mundo do trabalho e à dimensão social da atividade empresarial. A Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social constitui o principal instrumento internacional da organização voltado diretamente às empresas. Já a Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho reafirma como núcleo normativo a liberdade sindical e a negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado, a abolição do trabalho infantil, a eliminação da discriminação e o direito a um ambiente de trabalho seguro e saudável (ILO, 2022a; ILO, 2022b).

Em paralelo, observa-se, na última década, o avanço de instrumentos normativos que reforçam e operacionalizam esses parâmetros internacionais, traduzindo-os em obrigações vinculantes para as empresas. Destaca-se, como exemplo, a Corporate Sustainability Due Diligence Directive (CS3D), aprovada pela União Europeia em 2024, que estabelece a obrigação de que as empresas realizem a DDDH em suas cadeias produtivas e divulguem os resultados. Ressalta-se que a CS3D não exige a eliminação total de riscos e impactos adversos aos direitos humanos, mas sim a adoção de medidas diligentes e de boa-fé, de forma engajada com fornecedores, parceiros comerciais e outras partes interessadas relevantes (OECD, 2025).

Outro exemplo é o Regulamento da União Europeia sobre Produtos Livres de Desmatamento (EUDR), adotado em 2023, que impõe novos requisitos de rastreabilidade e comprovação de conformidade socioambiental e não associação ao desmatamento para commodities agrícolas, entre elas a soja, com impactos diretos para o agronegócio brasileiro. Diferentemente da CS3D, trata-se de um instrumento mais prescritivo, que condiciona o acesso ao mercado europeu ao cumprimento de critérios estritos (OECD, 2025).

Em conjunto, a CS3D e a EUDR ilustram como, a partir dos POs, a DDDH emergiu como um instrumento de governança pública capaz de reconfigurar práticas privadas (Alford *et al.*, 2026). Ao estabelecer obrigações mais claras, esses marcos influenciam diretamente a forma como grandes empresas conduzem seus negócios, induzindo transformações nas dinâmicas de funcionamento das cadeias produtivas (Alford *et al.*, 2026).

É nesse contexto que iniciativas setoriais ganham especial relevância. Em cadeias extensas e heterogêneas, programas voltados à gestão, à capacitação e à melhoria contínua podem funcionar como mecanismos de tradução prática de expectativas normativas internacionais. O Programa Agro Plus é especialmente interessante sob esse prisma à medida que se apresenta como iniciativa participativa e transparente, de atuação nacional, voltada à melhoria da gestão da propriedade rural por meio de capacitações, materiais específicos, cursos, dias de campo, visitas técnicas e monitoramento de indicadores (Agro Plus Brasil, 2024; ABIOVE, 2023).

A pergunta que orienta este artigo é, portanto, a seguinte: como o Programa Agro Plus pode contribuir para fortalecer a integração de uma abordagem de direitos

humanos e conduta empresarial responsável na cadeia produtiva da soja? O argumento desenvolvido é que iniciativas como essa podem cumprir função relevante ao aproximar parâmetros internacionais de práticas empresariais concretas, especialmente quando favorecem a consolidação progressiva de capacidades de gestão, prevenção, monitoramento, diálogo e resposta a impactos adversos aos direitos humanos ao longo da cadeia produtiva.

Empresas de diferentes setores vêm reconhecendo cada vez mais a importância do conceito de conduta empresarial responsável para a gestão de cadeias produtivas (OECD, 2022). Isso se reflete, a título de exemplo, na participação do setor privado no Pacto Global, uma iniciativa das Nações Unidas, que conta com mais de 15 redes ativas apenas na América Latina, em que há espaços de diálogo voltados à incorporação dos direitos humanos nas estratégias de negócios (OECD, 2022).

O conceito de conduta empresarial responsável oferece uma moldura particularmente relevante para pensar o agronegócio contemporâneo. Ele permite ultrapassar uma visão limitada da responsabilidade empresarial como simples observância de exigências legais e desloca o foco para a capacidade das empresas de identificar, prevenir,

mitigar e prestar contas sobre impactos adversos relacionados a pessoas, trabalho, comunidades e recursos naturais (OECD, 2023; OHCHR, 2011).

Em cadeias produtivas complexas, esse deslocamento é decisivo, porque uma parcela importante dos impactos não se manifesta apenas no núcleo direto da empresa, mas ao longo de relações de fornecimento, contratação, financiamento e comercialização. Os POs são claros ao afirmar que a responsabilidade empresarial de respeitar direitos humanos se aplica a impactos causados, contribuídos ou diretamente vinculados às operações da empresa por meio de suas relações de negócio (OHCHR, 2011).

Em cada uma dessas situações, a expectativa sobre a conduta empresarial é distinta (OHCHR, 2011; OHCHR, 2012). Quando há uma relação causal direta, espera-se que a empresa cesse imediatamente a ação ou omissão que deu origem ao impacto e, caso o dano já tenha ocorrido, promova a sua reparação (OHCHR, 2011; OHCHR, 2012). Nos casos de contribuição, a empresa deve interromper sua participação no impacto, reparar qualquer dano e, ainda, usar sua capacidade de influência para mitigar ao máximo os efeitos remanescentes (OHCHR, 2011; OHCHR, 2012).

Já nas situações de envolvimento por meio de relações de negócios, a expectativa recai sobre o uso dessa influência para que parceiros comerciais previnam ou cessem impactos adversos aos direitos humanos (OHCHR, 2011; OHCHR, 2012).

A capacidade de influência refere-se à possibilidade concreta de a empresa alterar práticas de terceiros que sejam prejudiciais aos direitos humanos (OHCHR, 2012). Em termos práticos, trata-se da habilidade de induzir mudanças de comportamento em atores com os quais mantém relações comerciais por meio de instrumentos formais e informais de governança, como contratos, códigos de conduta e ética, auditorias e diálogos (OHCHR, 2012). É justamente essa capacidade que permite às empresas operacionalizar suas responsabilidades em contextos nos quais os impactos não decorrem de sua atuação direta, mas de suas relações ao longo da cadeia produtiva.

No caso da soja, a pertinência desse enfoque é especialmente evidente. Trata-se de uma cadeia produtiva em que desempenho produtivo, uso da terra, recursos naturais, condições de trabalho, relações territoriais e inserção em mercados internacionais se articulam de maneira intensa. Por isso, uma abordagem adequada de

governança precisa considerar não apenas critérios de eficiência e competitividade, mas também temas como saúde e segurança no trabalho, regularidade das relações laborais, rastreabilidade, interação com comunidades, uso de recursos naturais e capacidade de resposta a preocupações e impactos ao longo dos diversos elos da cadeia. A orientação OECD-FAO (2016) é particularmente útil porque foi concebida justamente para tratar dessas interações em cadeias agrícolas.

Nesse quadro, a devida diligência em direitos humanos ajuda a esclarecer o conteúdo prático da conduta empresarial responsável. Ela não se reduz a um compromisso declaratório nem se confunde com mera verificação documental. Trata-se de um processo por meio do qual a empresa busca conhecer seus impactos reais e potenciais, priorizar riscos mais graves, adotar medidas preventivas e corretivas, acompanhar sua efetividade e comunicar como esses impactos são tratados (OHCHR, 2011). Em cadeias produtivas como a da soja, isso significa desenvolver capacidade institucional para olhar além da conformidade imediata e considerar as pessoas e grupos potencialmente afetados pelas operações e relações de negócio.

A contribuição da OIT é igualmente importante nesse debate. Em cadeias agroindustriais, o tema da conduta empresarial responsável não pode ser dissociado de trabalho decente. A Declaração Tripartite sobre Empresas Multinacionais e Política Social oferece orientação direta a empresas sobre emprego, formação, condições de trabalho e vida e relações industriais. Já a Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho esclarece o núcleo mínimo que deve orientar qualquer arranjo setorial sério, inclusive no agronegócio: liberdade sindical, negociação coletiva, eliminação do trabalho forçado, erradicação do trabalho infantil, eliminação da discriminação e ambiente de trabalho seguro e saudável (ILO, 2022a; ILO, 2022b).

Ao mesmo tempo, a agenda de direitos humanos no agronegócio vai além da dimensão estritamente laboral. Os marcos da ONU e da OCDE permitem compreender que impactos empresariais podem alcançar também direitos relacionados à saúde, à água, à alimentação, à terra, à participação e ao acesso à reparação, especialmente em contextos nos quais a atividade econômica se desenvolve em forte interação com territórios e comunidades (OHCHR, 2011; OECD, 2023).

Com efeito, a OCDE (2022) identifica um conjunto de desafios comuns entre cadeias produtivas agrícolas na América Latina, inclusive da soja, que envolvem: o avanço do desmatamento associado à expansão agrícola; contaminação frequente do solo e dos recursos hídricos pelo uso intensivo de agroquímicos; elevados níveis de informalidade laboral, frequentemente associados a rendas baixas e instáveis, condições de trabalho inadequadas e inseguras e limitações ao exercício da liberdade de associação; a persistência de situações de trabalho infantil; e a disseminação da pobreza e da insegurança alimentar na zona rural.

Especificamente no caso da soja, a OCDE (2022) destaca que a rastreabilidade constitui um dos principais gargalos para que empresas líderes consigam gerir adequadamente esses desafios ao longo de suas cadeias produtivas. Isso ocorre, sobretudo, porque as *traders* de grãos operam, na maior parte das vezes, com um grande número de (pequenos) fornecedores indiretos que frequentemente não dispõem de capacidade técnica, incentivos ou treinamento suficientes para implementar e monitorar requisitos de rastreabilidade em suas próprias relações de negócios (OECD, 2022). Esse cenário tem

implicações diretas para o cumprimento do EUDR por empresas que comercializam soja ou produtos derivados no mercado europeu, uma vez que essa legislação exige a comprovação de mecanismos de rastreabilidade robustos em cadeias produtivas agrícolas.

Nesse contexto, a dificuldade de garantir visibilidade e controle sobre os elos a montante não apenas evidencia a complexidade dos riscos aos direitos humanos nas cadeias produtivas agrícolas, como também torna particularmente relevante a existência de instrumentos que consigam transformar parâmetros amplos em rotinas práticas de gestão e coordenação setorial. É justamente nesse ponto que iniciativas como o Agro Plus ganham interesse analítico.

4.2 Os Direitos Humanos No Programa Agro Plus

O Programa Agro Plus passou a contar, desde 2025, com o Selo de Boas Práticas Agrícolas do Ministério da Agricultura e Pecuária, sendo reconhecido por sua orientação à promoção de padrões mais elevados para a oferta de alimentos seguros, à proteção da saúde humana, à preservação do meio ambiente e às condições laborais (ABIOVE, 2025).

O Programa, que é de adesão voluntária e é liderado pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), pode ser lido como uma iniciativa setorial com capacidade de aproximar agentes da cadeia produtiva da soja de referenciais mais robustos de gestão e responsabilidade. Isso, na medida em que, para além do monitoramento de indicadores sociais, ambientais e econômicos, oferece capacitação, distribuição de materiais específicos, cursos sobre saúde e segurança no trabalho, adequação de construções rurais, regularização ambiental (Agro Plus Brasil, 2024; ABIOVE, 2023).

Além disso, o Programa estrutura-se como uma parceria multiator, envolvendo, entre outros, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, federações estaduais de agricultura e pecuária, empresas líderes do setor, universidades e instituições financeiras. Nesse arranjo, a capacitação dos produtores é articulada com a implementação de projetos de pesquisa, a oferta de oportunidades de estágio e emprego em assistência técnica, bem como a facilitação do acesso ao crédito rural (Lima, 2024; Agro Plus Brasil, 2024). Dessa forma, o Programa integra diferentes instrumentos para fortalecer, de maneira

abrangente, as capacidades ao longo da cadeia produtiva da soja (Lima, 2024; ABIOVE, 2023).

Essa governança multiator também amplia a capacidade do setor de responder a desafios compartilhados, ao promover maior coordenação entre os diferentes elos da cadeia produtiva e favorecer a adoção de uma abordagem setorial mais alinhada (Lima, 2024).

O desenho do Programa Agro Plus é especialmente relevante porque combina instrumentos concretos de coleta de informação, acompanhamento técnico e leitura aplicada das condições produtivas. Sob o prisma da devida diligência em direitos humanos, isso é particularmente importante: programas com essa arquitetura podem servir como base prática para identificar temas sensíveis, organizar informações relevantes, apoiar medidas preventivas e fortalecer capacidades de gestão compatíveis com uma agenda mais ampla de conduta empresarial responsável (OHCHR, 2011; OECD, 2023).

Mais do que um formulário técnico, o questionário/checklist aplicado nas fazendas pode, assim, ser lido como parte de uma infraestrutura prática de diligência. Ao organizar informações diretamente no nível da propriedade, ele cria condições para identificar dimensões

relevantes da gestão responsável, acompanhar sua evolução e conectá-las à lógica mais ampla da cadeia produtiva da soja. Nessa medida, o Agro Plus revela potencial não apenas para apoiar conformidade e eficiência, mas também para fortalecer uma cultura de prevenção, rastreabilidade, cuidado com o trabalho e atenção a impactos socioambientais de maneira concreta e setorialmente inteligível (Agro Plus Brasil, 2024).

Dados coletados pelo Programa diretamente junto a trabalhadores, entre fevereiro de 2024 e 31 de agosto de 2025, corroboram esse potencial ao evidenciar a internalização prática desses princípios nas propriedades participantes. Considerando a aplicação do indicador de direitos humanos em 135 das 161 propriedades alcançadas (Figura 6), observa-se que, em 108 delas (84,4%), há a percepção de que o Agro Plus contribui para a ampliação de oportunidades de desenvolvimento profissional tanto para produtores quanto para trabalhadores (Figura 7).

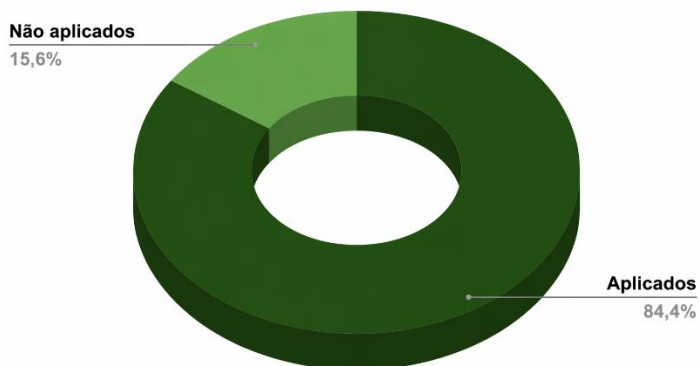


Figura 6. Distribuição percentual do número de questionários aplicados nas propriedades atendidas pelo Programa Agro Plus e participantes da pesquisa.

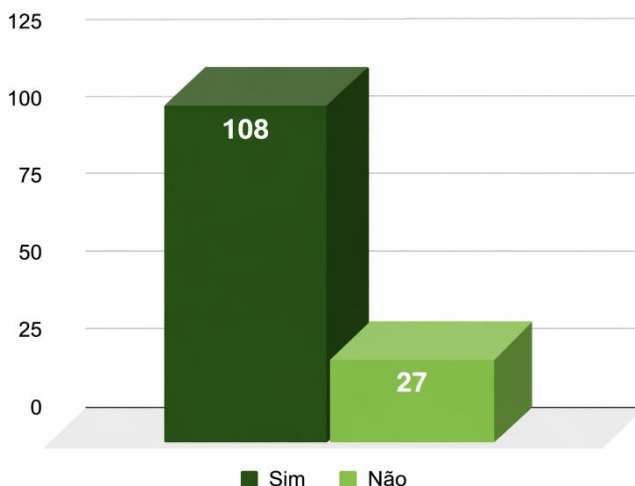


Figura 7. Percepção dos produtores e trabalhadores quanto às oportunidades de desenvolvimento profissional nas propriedades rurais.

Adicionalmente, aproximadamente 64,4% das propriedades reportam a realização de ações de apoio a comunidades e grupos em situação de vulnerabilidade, incluindo serviços sociais, de saúde, culturais e de capacitação (Figura 8).

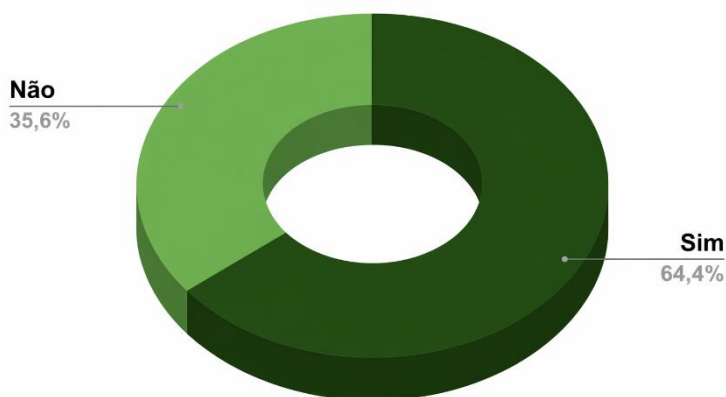


Figura 8. Percepção dos entrevistados sobre o apoio oferecido pelas propriedades rurais à comunidade e pessoas vulneráveis com serviços sociais e de saúde, bem como culturais e de capacitação.

Além disso, 106 pessoas afirmaram que não há nenhum tipo de discriminação nas fazendas; ou seja, cerca

de 78% indicaram a ausência de práticas discriminatórias no ambiente de trabalho (Figura 9).

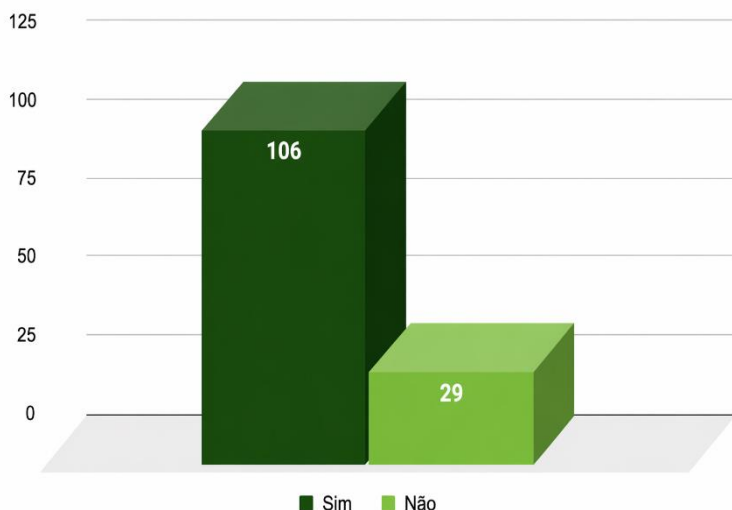


Figura 9. Representação gráfica da percepção dos entrevistados quanto à política de igualdade e não discriminação nas propriedades rurais.

Esses resultados, ainda que indiquem espaço para aprimoramentos, sugerem que o Programa induz mudanças concretas nas práticas produtivas e nas relações sociais no nível das propriedades. Ao traduzir parâmetros de direitos humanos em indicadores operacionais e mensuráveis, o Agro Plus contribui para a incorporação progressiva do

respeito aos direitos humanos na cadeia produtiva da soja, reforçando o alinhamento entre o desempenho produtivo crescente e a conduta empresarial responsável.

4.2.1 Caminhos para fortalecer a integração de uma abordagem de direitos humanos na cadeia produtiva da soja

A experiência do Programa Agro Plus sugere que uma abordagem de conduta empresarial responsável na cadeia produtiva da soja pode ser fortalecida quando instrumentos já existentes de assistência técnica e monitoramento passam a ser lidos também como meios de identificar, organizar e enfrentar temas relevantes de direitos humanos. Nesse sentido, a aplicação de questionários em propriedades fornecedoras oferece uma base especialmente promissora, porque permite converter referenciais amplos em dimensões concretas de observação, gestão e acompanhamento (UFMA, 2024; Agro Plus Brasil, 2024).

Uma primeira dimensão importante diz respeito ao trabalho decente. O acesso à formação profissional constitui elemento central para a promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento no trabalho, estando diretamente relacionado ao princípio fundamental da

eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação. Nesse sentido, o Programa apresenta forte alinhamento com os referenciais da OIT. Considerando a centralidade desse tema, o questionário pode contribuir para mapear outros aspectos diretamente relacionados aos referenciais da OIT, como condições de saúde e segurança ocupacional e organização coletiva (ILO, 2022a; ILO, 2022b; Agro Plus Brasil, 2024).

Em uma cadeia produtiva como a da soja, isso permite que a gestão responsável seja percebida não apenas como eficiência operacional, mas também como capacidade de assegurar condições dignas de trabalho.

Uma segunda dimensão envolve a gestão socioambiental orientada à prevenção de impactos aos direitos humanos. A OECD-FAO *Guidance* mostra que cadeias agrícolas responsáveis exigem atenção integrada a direitos humanos, trabalho, saúde e segurança, posse e uso da terra, governança e recursos naturais (OECD; FAO, 2016). Nessa chave, perguntas sobre regularização ambiental, manejo, uso de insumos, construções rurais, destinação de resíduos, proteção de recursos hídricos ou organização da propriedade podem ser lidas não apenas como temas técnicos, mas também como elementos

associados à prevenção de impactos sobre saúde, água, alimentação, território e bem-estar de trabalhadores e comunidades do entorno.

Uma terceira dimensão importante é a relação com a comunidade e com o território. Ainda que o questionário tenha foco inicial na propriedade, ele pode evoluir ou ser interpretado de modo a captar elementos ligados ao entorno social da atividade econômica, como formas de interlocução, percepção de impactos, prevenção de conflitos e tratamento de preocupações. Isso é especialmente relevante porque os POs e instrumentos que o seguiram enfatizam a necessidade de prevenir e enfrentar impactos adversos relacionados às operações e relações de negócio das empresas (OHCHR, 2011; OECD, 2023).

Uma quarta dimensão é a rastreabilidade e a visão de cadeia produtiva. No caso da soja, como apontado pela OCDE (2022), um gargalo significativo para a gestão da cadeia produtiva é a rastreabilidade. Nesse contexto, o grande potencial do Agro Plus está em mostrar que a promoção de conduta empresarial responsável não depende apenas de compromissos gerais, mas também de instrumentos capazes de organizar informação no ponto de origem da produção.

Quando dados da fazenda são tratados como parte de uma arquitetura mais ampla de acompanhamento, aprendizagem e melhoria contínua, eles passam a contribuir para uma lógica de cadeia produtiva: ajudam a qualificar a relação entre produção primária, exigências de mercado, padrões setoriais e responsabilidades empresariais compartilhadas. Nessa perspectiva, o questionário deixa de ser apenas um formulário técnico e passa a funcionar como ferramenta de governança (Agro Plus Brasil, 2024).

Uma quinta dimensão é a transparência. As Diretrizes da OCDE incluem a divulgação como elemento central da conduta empresarial responsável, e os POs ressaltam que empresas devem estar em condições de prestar contas sobre como enfrentam impactos em direitos humanos (OECD, 2023; OHCHR, 2011). Ainda, isso é reforçado por instrumentos normativos vinculantes que, especialmente no contexto europeu, estabelecem obrigações mais claras de reporte e demonstração de conformidade com obrigações de respeito aos direitos humanos por parte de empresas que operam ou comercializam nesse mercado. Para iniciativas como o Agro Plus, isso sugere a importância de fortalecer a comunicação sobre critérios, metodologias, processos de acompanhamento, resultados e aprendizados.

Transparência, aqui, não é apenas vitrine institucional; é componente de governança, confiabilidade e melhoria contínua.

Assim, o que o Agro Plus já realiza no campo tem grande potencial para promover conduta empresarial responsável de maneira concreta e setorialmente inteligível. O diferencial está justamente em reconhecer que o levantamento sistemático de informações nas propriedades, realizado com apoio técnico e institucional, pode funcionar como mecanismo de identificação de temas relevantes, fortalecimento de capacidades, prevenção de riscos e alinhamento gradual da cadeia produtiva da soja com parâmetros internacionais de governança responsável (UFMA, 2024; Agro Plus Brasil, 2024; OECD, 2023).

4.3 Considerações finais

A noção de conduta empresarial responsável tornou-se um eixo central para pensar a governança das cadeias agroindustriais contemporâneas. No caso da soja, esse referencial é particularmente útil porque permite integrar, em uma mesma chave analítica, direitos humanos, trabalho decente, devida diligência, rastreabilidade, transparência,

diálogo com partes interessadas e resposta a impactos. Os POs, as Diretrizes da OCDE, a OECD-FAO *Guidance* e os instrumentos da OIT convergem ao mostrar que essas dimensões não devem ser tratadas como externas ao negócio, mas como parte da qualidade da gestão e da legitimidade das operações empresariais.

À luz desse marco, o Programa Agro Plus pode ser compreendido como referência importante para pensar como iniciativas setoriais contribuem para aproximar padrões internacionais da realidade produtiva. Seu desenho institucional, voltado à capacitação, à melhoria contínua da gestão, ao acompanhamento técnico e ao uso de indicadores socioambientais e econômicos, sugere que programas dessa natureza podem apoiar o amadurecimento gradual de práticas empresariais mais estruturadas e previsíveis. Indicando, neste caso, um caminho prático para fortalecer a integração da abordagem dos direitos humanos na cadeia da soja.

Quando lidos à luz dos referenciais da ONU, da OCDE, da OECD-FAO e da OIT, esses instrumentos revelam capacidade não apenas de monitorar conformidade, mas também de apoiar a identificação progressiva de temas centrais de direitos humanos, orientar prioridades de

capacitação e consolidar uma cultura de melhoria contínua ao longo da cadeia produtiva da soja.

O desafio contemporâneo da cadeia produtiva da soja não está apenas em reconhecer a relevância desses temas, mas em consolidar instrumentos capazes de traduzi-los em rotinas operacionais, critérios de decisão e mecanismos de resposta. É justamente nesse espaço que o Agro Plus pode oferecer contribuição estratégica: como plataforma de fortalecimento institucional, de convergência setorial e de integração progressiva entre eficiência produtiva e responsabilidade empresarial. Em uma agenda internacional cada vez mais orientada por diligência, transparência e respeito a direitos, esse tipo de iniciativa tem potencial para desempenhar papel significativo na construção de cadeias produtivas mais robustas, legítimas e alinhadas às exigências contemporâneas de governança.



CAPÍTULO 5: **DIAGNÓSTICO DA INCLUSÃO DE** **GÊNERO NAS PROPRIEDADES** **ASSISTIDAS PELO PROGRAMA** **AGRO PLUS NOS ESTADOS DO** **MARANHÃO E PIAUÍ**





Abigailde Nascimento Dias
Isabela Cristina Gomes Pires
Lis Lanni Oliveira Pereira
Marianna Laranjeira

No meio rural do estado do Maranhão, as mulheres têm ampliado sua participação na gestão das propriedades e em espaços de decisão, embora ainda enfrentem barreiras culturais e estruturais, seguindo a tendência nacional. Em nossa pesquisa sobre a questão de gênero no campo, a aplicação do questionário (em anexo) ocorreu no intervalo de março de 2024 a outubro de 2025, em 87 propriedades atualmente atendidas pelo Programa Agro Plus, abrangendo regiões do Maranhão e Piauí, representando 54% do total de fazendas atendidas.

Conforme descrito no Capítulo 3, a aplicação do indicador de Igualdade de Gênero ocorreu por meio de entrevistas estruturadas e observação direta, com classificação dos dados segundo critérios de participação, ocupação hierárquica e condições de permanência, permitindo a consolidação quantitativa e qualitativa das informações apresentadas a seguir.

Ressalta-se que as propriedades não foram objeto de seleção prévia, tendo a aplicação sido realizada de forma não probabilística, em consonância com a execução das visitas e revisitas de campo. Verificou-se maior concentração de propriedades na região leste maranhense, seguida pela

região sul do Maranhão, com menor representatividade no sul do estado do Piauí.

Considerando isso, realizando uma comparação entre os números de trabalhadores homens e mulheres nas propriedades rurais que responderam aos questionários, foi possível verificar que o gênero masculino apresenta maioria, visto que se tem 1.116 trabalhadores homens, enquanto o número de funcionários do gênero feminino é de apenas 203. Ou seja, os dados indicam que as mulheres representam apenas 15% do total de trabalhadores, enquanto os homens correspondem a 85% (Figura 6).

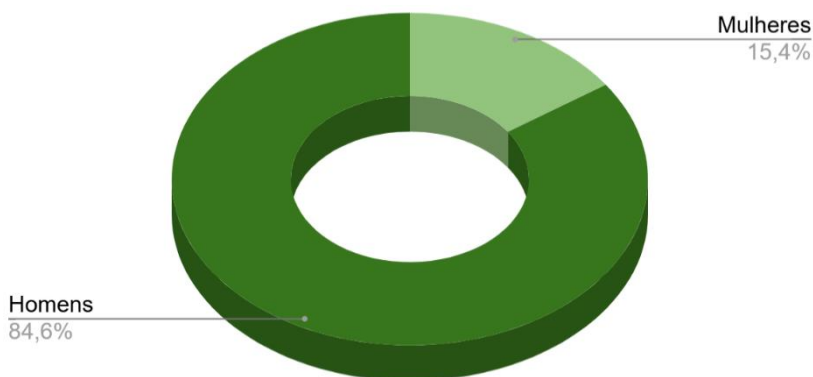


Figura 6. Distribuição percentual do número de colaboradores do gênero feminino e masculino das propriedades rurais participantes.

Embora a maior parte das propriedades analisadas esteja localizada no Maranhão, a presença de unidades produtivas no sul do Piauí permite observar que essa tendência também se manifesta nesse território. Assim, mesmo considerando a menor amostragem no estado, observa-se a manutenção de padrões semelhantes de desigualdade de gênero no ambiente rural.

Vale destacar que não há dados desagregados por gênero sobre trabalhadores rurais no Brasil e no estado do Maranhão. Dessa forma, não foi possível realizar a comparação com dados oficiais.

Entretanto, considerando a estimativa de que cerca da metade da população rural do Maranhão é feminina, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que as mulheres representam 51% da população do estado, sendo maioria em 28 municípios maranhenses (PORTAL DE BALSAS, 2023). Em contraste, no estudo, foi observado um percentual de ocupação feminina de 15%, abaixo do valor estimado.

Conforme os dados coletados por meio de entrevistas, em relação às moradias, observa-se que 75 das 203 funcionárias das propriedades que responderam aos questionários residem na área urbana, 74 residem em

comunidades rurais que ficam próximas das propriedades e 54 permanecem nas propriedades (Figura 7).

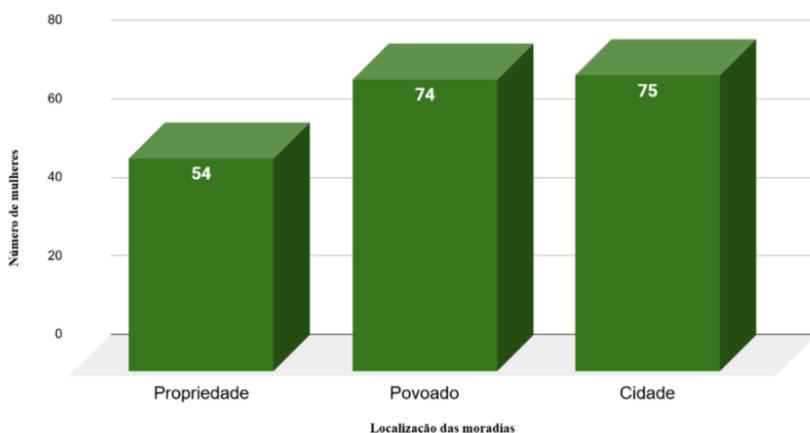


Figura 7. Representação numérica do local de moradia das entrevistadas, destacando a proporção entre aquelas que residem na propriedade, em povoados ou na cidade.

Esses resultados demonstram que a maior parte das funcionárias retornam diariamente para suas casas, seja na área urbana ou em comunidades rurais. Diante desse contexto, é possível levantar algumas hipóteses para explicar esse deslocamento diário. Embora algumas das propriedades participantes do Agro Plus disponham de condições e estruturas adequadas para acolher as

funcionárias, muitas delas optam por retornar às suas residências a fim de cumprir outras responsabilidades domésticas e estar próxima à sua família.

Esse cenário evidencia que há a ocorrência de uma dupla jornada de trabalho na qual a mulher desempenha funções tanto no ambiente de trabalho quanto no âmbito doméstico. Segundo informações divulgadas da Agência Brasil (2023), com base em dados da PNAD Contínua, que realiza levantamentos por todo território nacional, incluindo tanto as áreas urbanas quanto às áreas rurais, as mulheres dedicam quase o dobro do tempo aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas em comparação aos homens. O levantamento nacional apontou que as mulheres de áreas urbanas passam, em média, 21,3 horas semanais nessas atividades, enquanto os homens utilizam 11,7 horas.

Ademais, no que tange à maternidade, verifica-se que 73% do total das funcionárias possui filhos (Figura 8). Este resultado indica que, mesmo com filhos, boa parte das mulheres estão inseridas no mercado de trabalho.

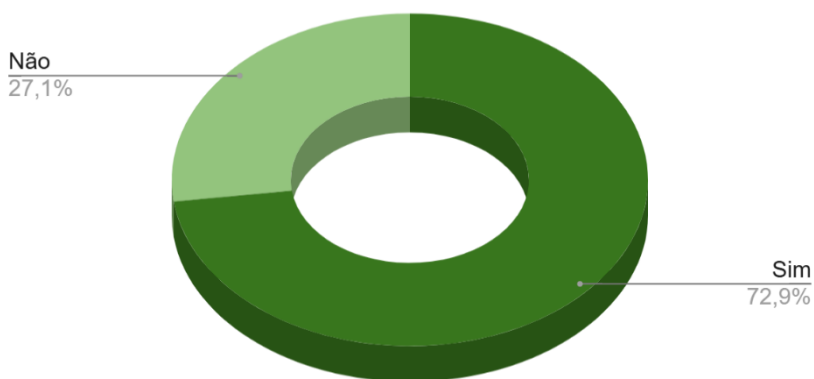


Figura 8. Distribuição das mulheres entrevistadas que trabalham nas propriedades e que possuem filhos.

Entretanto, estudos indicam que mulheres sem filhos tendem a ser favorecidas, em comparação a homens sem filhos, em diferentes dimensões do mercado de trabalho (Correll *et al.*, 2007).

Entre essas dimensões estão a percepção de maior competência e a maior probabilidade de recomendação para contratação, ainda que isso nem sempre se reflita em salários significativamente mais elevados. Esses estudos, realizados com mulheres trabalhadoras de maneira geral, apontam que a ausência de filhos é frequentemente associada a um maior comprometimento com o trabalho remunerado. Embora não se refiram especificamente ao

contexto rural, tais evidências são relevantes para este estudo, na medida em que ajudam a compreender padrões mais amplos de gênero que também influenciam a inserção e a permanência das mulheres no meio rural (Correll et al., 2007).

O mercado de trabalho apresenta uma visão limitada sobre as mulheres enquanto mães, como destacado em estudos que apontam que mulheres gerentes visivelmente grávidas são julgadas como menos comprometidas com seus trabalhos, menos confiáveis e menos autoritárias, mais afetuosas, mais emotivas e mais irracionais do que outras gerentes com o mesmo perfil, mas que não estão visivelmente grávidas (Halpert, Wilson e Hickman, 1993; Corse, 1990). Diante do exposto, é possível extrapolar que funcionários no meio rural enfrentam desvantagens no ambiente de trabalho que vão além daquelas comumente associadas ao gênero.

Outra análise crucial diz respeito aos cargos ocupados por essas mulheres, pois compreender sua distribuição hierárquica permite avaliar o grau de participação feminina na gestão e na tomada de decisões nas propriedades. A representação detalhada desses dados

(Figura 9), oferece uma visão clara sobre os espaços de liderança e atuação das mulheres no contexto averiguado.

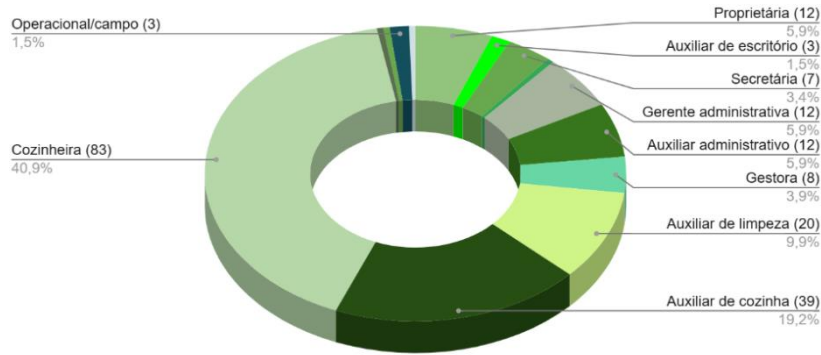


Figura 9. Representação percentual dos cargos ocupados por mulheres entrevistadas nas propriedades rurais.

A partir da representação gráfica acima, observa-se que os principais cargos ocupados por mulheres são o de cozinheira, 83 (41%), o de auxiliar de cozinha 39 (19%) e auxiliar de limpeza (10%). Em contraste, funções de gestão, como trabalho no escritório, gerência administrativa e operacional de campo, ainda apresentam baixa representatividade feminina (26%).

Esse cenário evidencia que a equidade de gênero nas funções relacionadas à tomada de decisão no âmbito das propriedades rurais ainda constitui um desafio relevante. Contudo, observa-se um processo gradual de evolução, considerando que as mulheres têm buscado, de forma crescente, capacitação técnica e gerencial para ocuparem esses espaços de liderança e gestão.

Embora haja avanços, nota-se que muitas das atividades desempenhadas pelas mulheres nas unidades produtivas permanecem associadas a funções historicamente vinculadas ao trabalho doméstico e ao cuidado, papéis socialmente atribuídos ao gênero feminino. Essa realidade mostra-se ainda mais evidente em determinados contextos socioculturais, especialmente nos estados da região Nordeste, onde tais divisões tradicionais do trabalho tendem a se manifestar de maneira mais acentuada.

Dessa maneira, conforme estudos de Barroso (2020), confirma-se que, no Nordeste, as mulheres ainda estão concentradas em ocupações tradicionalmente relacionadas ao cuidado, alimentação e limpeza, enquanto a presença feminina em cargos de gestão permanece baixa.

Apesar da presença feminina no campo, pesquisas acadêmicas e de gênero alertam que há uma divisão sexual do trabalho: no meio rural, “o trabalho doméstico e de cuidados (cozinha, limpeza, cuidados familiares, reprodução social)” tende a recair majoritariamente sobre as mulheres, mesmo quando participam da produção agrícola ou ocupação remunerada (Butto e Dantas, 2011). Ainda assim, atualmente, há presença crescente das mulheres em cursos técnicos de agronegócio (43% das matrículas) e que cerca de 55% dos estudantes de agronomia no país são mulheres (CNA; UNIRV, 2025).

Essa proporção crescente de estudantes sugere que, nos últimos anos, muitas formandas mulheres têm saído das instituições de ensino com diploma em agronomia. Apesar disso, dados de mercado mostram que a presença feminina na profissão ainda é minoritária, as mulheres representam cerca de 20% do total de profissionais registrados entre engenheiros e agrônomos (CREA-DF, 2025).

Além disso, das 161 propriedades atendidas pelo programa no Maranhão e no Piauí, os dados obtidos por meio dos checklists indicam que os cargos de liderança ainda são amplamente ocupados por homens: são 136

gestores do sexo masculino, em contraste com apenas 24 mulheres ocupando funções gerenciais (Figura 10).

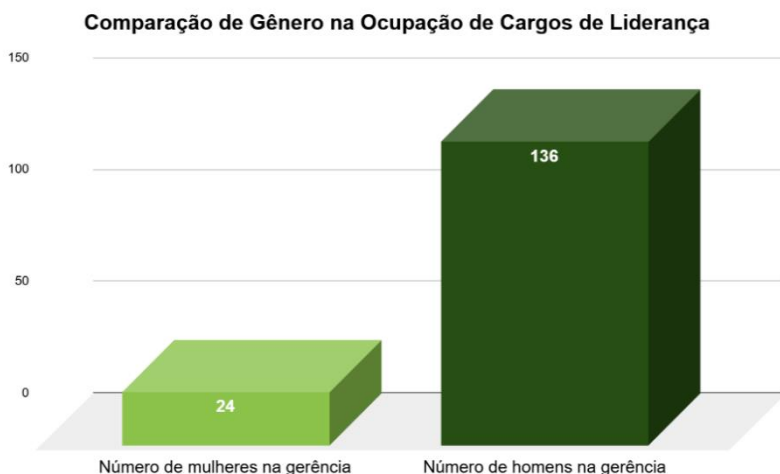


Figura 10. Representação numérica de mulheres e homens com cargos de gerência, nas propriedades entrevistadas.

Considerando que a maior parte da amostra está concentrada no Maranhão, é possível inferir que esse cenário reflete principalmente a realidade maranhense. Contudo, as propriedades analisadas no Piauí indicam padrões semelhantes de participação feminina reduzida em posições de liderança no campo.

Adicionalmente, uma reflexão a ser feita é em relação a diferença de renda entre homens e mulheres no setor agropecuário. De acordo com o IBGE, (Censo 2022), a renda média mensal de todos os trabalhos ocupados por homens foi de R\$ 3.115, enquanto a das mulheres foi R\$ 2.506, cerca de 24,3% a menos (IBGE, 2023).

5.1 Soluções Integradas: Do Local ao Nacional

Os dados apresentados sobre os estados do Maranhão e do Piauí evidenciam um problema nacional que demanda soluções estruturais coordenadas. Inspirando-se na abordagem da economista Claudia Goldin, ganhadora do Prêmio Nobel de Economia 2023, é fundamental reconhecer que a igualdade de gênero no trabalho não se resolve apenas com boa vontade, mas exige mudanças sistêmicas que beneficiem toda a sociedade.

Goldin demonstra que as transformações mais efetivas ocorrem quando combinamos três frentes: flexibilização das jornadas de trabalho, reformulação de sistemas de remuneração e políticas que promovam divisão equitativa do trabalho doméstico. No contexto do agronegócio maranhense, essas premissas ganham

contornos específicos, mas mantém sua relevância universal.

5.2 Políticas Públicas Estruturantes Incentivos Fiscais para Equidade

Propõe-se a criação de incentivos fiscais para propriedades rurais que comprovem indicadores de equidade de gênero, especialmente aquelas que apresentam uma proporção representativa de mulheres em seu quadro de trabalhadores. Nesse sentido, propriedades que alcancem ao menos 30% de representação feminina nas propriedades poderiam ser contempladas com reduções tributárias progressivas (UN WOMEN, 2020; IFAD, FAO, WFP, 2022).

5.3 Inovações Organizacionais no Agronegócio Flexibilização de Jornadas Adaptada ao Campo

Diferente do modelo urbano, a flexibilização no agronegócio precisa levar em conta as sazonalidades e as particularidades do meio rural. De acordo com a Lei Federal nº 5.889/1973, que regula o trabalho rural no Brasil, o

trabalho rural é regulado por normas próprias e, quando não houver conflito, pelas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), considerando assim, as especificidades das atividades desenvolvidas no campo (Brasil, 1973). Diante isso, é possível propor as seguintes ações:

- **Jornadas comprimidas:** 4 dias de 10 horas em períodos de menor demanda
- **Trabalho híbrido:** Combinação entre atividades de campo e home office para funções administrativas
- **Escalas rotativas:** Para mulheres com responsabilidades familiares, especialmente mães
- **Creches Rurais Cooperativas:** Desenvolvimento de creches comunitárias nas microrregiões, financiadas cooperativamente pelos órgãos públicos como por exemplo: a prefeitura em parceria com os produtores rurais. Com isso, reduziria a necessidade de deslocamento diário identificada na pesquisa e permitiria maior participação feminina.

5.4 Formação e Desenvolvimento Profissional das Mulheres no Campo

5.4.1 Programas de Qualificação Acessíveis às Mulheres no Campo

No meio rural, os programas de capacitação voltados às mulheres desempenham papel fundamental no fortalecimento da autonomia dessas mulheres e da capacidade de tomada de decisão, especialmente inseridas em um contexto marcado pela desigualdade de gênero. Diante disso, programas que qualifiquem e ofereçam mentoria para as mulheres no campo são fundamentais para sua capacitação profissional, como exemplo temos:

- **Projeto-piloto Qualifica Mulher:**

O projeto-piloto qualifica mulher foi criado no final de 2020 como resposta aos impactos da pandemia de Covid-19 na renda das mulheres. Instituído pela Portaria MMF DH nº 3.175/2020 e alterado pela Portaria nº 595/2021, o projeto tem como objetivo promover a autonomia feminina, por meio de parcerias com o poder público e instituições privadas (Brasil, 2021).

A iniciativa oferece qualificação profissional, incentivo ao empreendedorismo, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, incluindo aquelas que atuam no meio rural. O projeto disponibiliza cursos presenciais e a distância, oficinas e materiais educativos voltados à formação profissional e à geração de renda. Sendo executado por meio de três eixos:

- Qualifica Capacita: qualificação e capacitação profissional;
- Qualifica Empreende: capacitação para o empreendedorismo;
- Qualifica Concretiza – caminho à empregabilidade e incentivo ao microcrédito para o empreendedor.

Vale destacar, que as mulheres podem participar do projeto-piloto, ao se inscreverem nos cursos e atividades de qualificação profissional divulgados pelas secretarias locais e pelos serviços de assistência social, especialmente aquelas voltadas a mulheres em situação de vulnerabilidade social, tanto em áreas urbanas quanto rurais (Brasil, 2021).

- **Projeto Agricultura da Vida:**

A iniciativa integra as ações do Programa Mães do Brasil e resulta de uma parceria entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (Brasil, 2021; 2022).

Seu objetivo principal é capacitar mulheres do campo para a produção de alimentos saudáveis durante a gestação e a maternidade, promovendo nutrição adequada e segurança alimentar em um período especialmente sensível da vida da mulher.

A capacitação é online, gratuita e está disponível na plataforma de ensino a distância da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que também disponibiliza 12.000 vagas para multiplicadores da metodologia em todo o país (Brasil, 2022). O curso possui carga horária de 60 horas, distribuídas em três módulos, que abordam desde as transformações corporais e necessidades nutricionais da gestante até práticas agrícolas e estratégias de empreendedorismo para agregar valor à produção. Dessa forma, a iniciativa apresenta uma abordagem voltada às mulheres do campo,

com foco na qualificação para a produção de alimentos saudáveis durante a gestação.

5.5 Capacitação Técnica para Inserção de Mulheres no Mercado de Trabalho

Considerando que as mulheres representam cerca de 55% dos estudantes de Agronomia, mas correspondem a apenas aproximadamente 20% dos profissionais registrados na área, observa-se um descompasso significativo entre a formação acadêmica e a efetiva inserção no mercado de trabalho. Esse cenário evidencia a necessidade de estruturar estratégias mais consistentes de articulação entre o processo formativo e as demandas do setor produtivo, sobretudo por meio de ações de capacitação técnica direcionada que apoiem a transição das mulheres para o exercício profissional.

Nessa perspectiva, a construção de parcerias institucionais como, por exemplo, entre o SENAR e o Programa Agro Plus configura-se como uma estratégia promissora para ampliar o acesso à informação, à qualificação técnica e às oportunidades de inserção laboral para esse público. Ressalta-se que tais iniciativas não

devem se restringir apenas à formação para cargos de liderança, mas também contemplar a preparação de mulheres para atuarem em diferentes frentes do setor agropecuário, incluindo funções técnicas de campo, atividades operacionais, serviços de apoio doméstico e outras ocupações essenciais ao funcionamento das propriedades rurais, valorizando todo o público atuante neste setor.

Outro aspecto relevante refere-se ao estabelecimento de parcerias com prefeituras municipais, que podem atuar como agentes facilitadores na oferta de capacitações e na disponibilização de profissionais qualificados para a formação de mulheres vinculadas às propriedades rurais. A integração entre instituições de ensino, entidades de assistência técnica e gestão pública local pode, portanto, fortalecer as redes de apoio, promover inclusão produtiva e contribuir para a redução das desigualdades de gênero no setor agrônomo.

5.6 Conclusão

As evidências coletadas no Maranhão e no Piauí refletem desafios nacionais, mas também revelam

oportunidades concretas de transformação. Como destacou Goldin, “as transformações que as mulheres causam no mundo do trabalho hoje influenciam o futuro das nossas meninas”.

O agronegócio brasileiro, reconhecidamente uma potência global, tem a responsabilidade e o potencial de liderar essa mudança. Não se trata apenas de justiça social, mas de inteligência estratégica: economias que desperdiçam o potencial feminino perdem competitividade global.

O momento é propício. Com a aprovação iminente da Lei do Pai Presente, com a crescente demanda dos mercados internacionais por produtos de origem responsável, e com uma geração de mulheres altamente qualificadas emergindo das universidades, temos todos os elementos para fazer do agronegócio brasileiro referência mundial também em equidade de gênero.

Portanto, os dados apresentados evidenciam a baixa inserção das mulheres no meio rural, indicando que sua participação no campo ainda ocorre de forma desigual. A baixa presença feminina nas propriedades, em cargos de liderança e na tomada de decisão, em contraste com a alta concentração em serviços domésticos, bem como a

persistência da desigualdade salarial, revelam a desigualdade de gênero na divisão do trabalho no campo.

Além disso, a sobrecarga decorrente da dupla jornada e os impactos da maternidade sobre a trajetória profissional das mulheres reforçam barreiras estruturais que limitam sua plena participação e ascensão nas propriedades rurais.

Diante do exposto, torna-se evidente que a promoção da igualdade de gênero no campo exige ações integradas que ultrapassem iniciativas envolvendo políticas públicas, mudanças organizacionais e transformações culturais. Dessa forma, investir na ampliação da participação feminina, na valorização do trabalho das mulheres e na redistribuição das responsabilidades, não constitui apenas uma demanda por equidade, mas também uma estratégia fundamental para o fortalecimento da sustentabilidade, da competitividade e do desenvolvimento das propriedades rurais. Assim, enfrentar as desigualdades de gênero no campo é um passo essencial para a construção de um modelo produtivo mais inclusivo e sustentável.



CAPÍTULO 6: **DIAGNÓSTICO DA JUVENTUDE** **RURAL NAS PROPRIEDADES** **ASSISTIDAS PELO PROGRAMA** **AGRO PLUS NOS ESTADOS DO** **MARANHÃO E PIAUÍ**



Ângela Maria Campelo da Silva
Marco Antônio Sousa da Silva
Milena Maria Tomaz de Oliveira
Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos

A juventude rural ocupa posição estratégica na dinâmica produtiva, social e econômica do campo brasileiro, exercendo influência direta sobre a continuidade das atividades agropecuárias, a sucessão familiar, a incorporação de inovações tecnológicas e a sustentabilidade dos sistemas produtivos.

No Brasil, estudos indicam que a permanência dos jovens no meio rural não está associada apenas à existência de trabalho, mas à combinação entre perspectivas de futuro, autonomia, participação nos processos decisórios, acesso à educação, conectividade e condições dignas de vida e trabalho, fatores que, quando ausentes, intensificam o êxodo rural juvenil e fragilizam a sucessão geracional (Castro et al., 2009; Pollnow, 2022).

No âmbito do Programa Agro Plus/UFMA, o indicador Juventude Rural, referente à faixa etária de 15 a 24 anos, foi incorporado de forma mais recente ao checklist de avaliação. A aplicação do indicador ocorreu entre março de 2024 e outubro de 2025, período no qual foram realizadas entrevistas estruturadas com responsáveis pelas propriedades e observação direta durante as visitas técnicas. Os dados coletados foram posteriormente

consolidados em planilhas e analisados de forma descritiva e comparativa entre os estados do Maranhão e do Piauí.

Nesse intervalo, o indicador foi aplicado em 63 das 161 propriedades atendidas, o que corresponde a 39,1% do total avaliado no período (Figura 11). Embora esse percentual seja inferior ao observado em outros indicadores sociais do programa, os dados coletados permitem uma análise consistente sobre a presença, o perfil e o nível de envolvimento da juventude nas propriedades rurais acompanhadas.

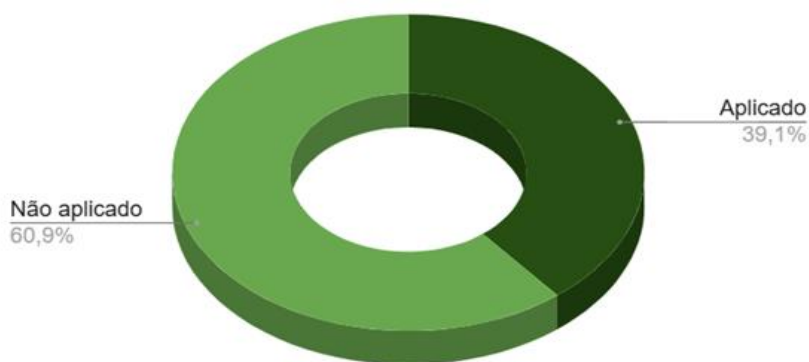


Figura 11. Distribuição percentual da aplicação do indicador Juventude Rural nas propriedades atendidas pelo Programa Agro Plus/UFMA.

A análise dos resultados evidencia que, entre os 110 jovens colaboradores identificados, distribuídos em 59 propriedades no Maranhão e 4 no Piauí, onde o indicador foi aplicado, 105 (95,45%) residem nas propriedades rurais e dispõem de acesso à internet, enquanto apenas 5 (4,55%) não residem nessas unidades produtivas (Figura 12).

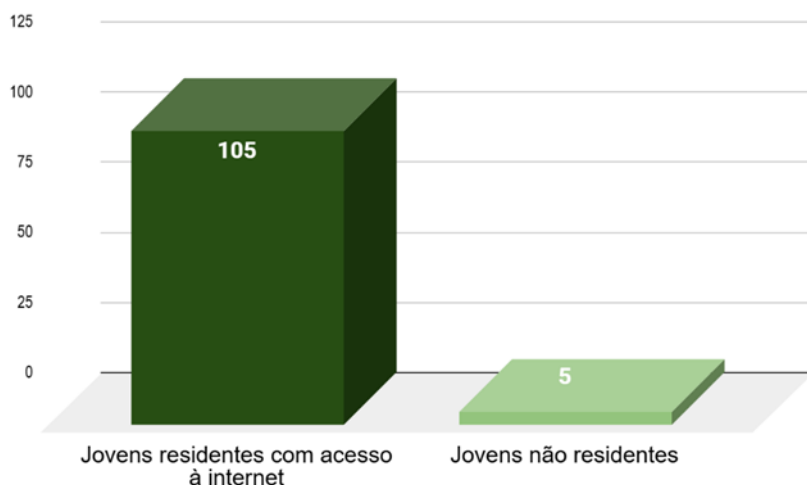


Figura 12. Distribuição dos jovens residentes nas propriedades rurais participantes do Programa Agro Plus/UFMA.

Embora o número de propriedades avaliadas no Piauí seja reduzido, observa-se que o padrão de residência e acesso à internet também se mantém nas unidades piauienses acompanhadas, não sendo identificadas diferenças percentuais expressivas entre os estados nesse indicador específico. Ainda assim, a concentração amostral no Maranhão confere maior robustez estatística às análises referentes a esse estado.

Esse cenário indica condições potencialmente favoráveis ao desenvolvimento pessoal e à qualificação profissional desses jovens, considerando as oportunidades de acesso à informação, capacitação e inserção em redes de conhecimento proporcionadas por meio digital.

Além disso, esse dado assume relevância quando comparado ao cenário nacional, no qual o acesso à internet na área rural brasileira, embora tenha avançado significativamente nos últimos anos, ainda apresenta desigualdades regionais e estruturais, o que pode ser um fator que limite a permanência desses jovens no campo (IBGE, 2024).

Embora a maioria dos jovens tenha acesso à internet, a conectividade na região ainda enfrenta desigualdades estruturais significativas, uma vez que a grande extensão

das zonas rurais impõe limitações físicas à infraestrutura, tornando o acesso muitas vezes dependente de tecnologias com sinal limitado ou instável.

Estudos apontam que a conectividade rural é fator determinante para ampliar o acesso à informação, à educação, à capacitação técnica e às tecnologias digitais aplicadas à agricultura, contribuindo para reduzir o isolamento social e informacional do campo (Alves; Silva; Andrade, 2021).

Nesse sentido, o elevado percentual de jovens com acesso à internet observado nas propriedades atendidas pelo Programa Agro Plus/UFMA indica a existência de um ambiente com maior potencial para a permanência juvenil no campo, desde que a conectividade esteja articulada a oportunidades concretas de trabalho, geração de renda e qualificação profissional.

O acesso à internet, isoladamente, não garante a permanência dos jovens no meio rural, contudo, quando associado à organização produtiva, à assistência técnica, ao acesso a mercados e à valorização do trabalho agrícola, amplia as possibilidades de formação, inovação e inserção socioeconômica. A literatura científica aponta que o acesso às tecnologias digitais no campo contribui para fortalecer a

percepção do meio rural como espaço de oportunidades, especialmente quando integrado a estratégias de desenvolvimento produtivo e territorial (Schneider; Cassol, 2020).

Outro aspecto relevante refere-se ao interesse dos jovens em crescer profissionalmente e permanecer nas propriedades rurais. Os dados indicam que, em 34 das 63 propriedades avaliadas (53,97%), os jovens demonstraram interesse em se desenvolver profissionalmente e permanecer atuando no campo (Figura 13). Esse resultado dialoga com estudos nacionais que apontam que o desejo de permanência da juventude rural aumenta quando há reconhecimento do jovem como sujeito ativo do processo produtivo, possibilidade de ascensão profissional e participação efetiva nas decisões da propriedade (Pollnow, 2022).

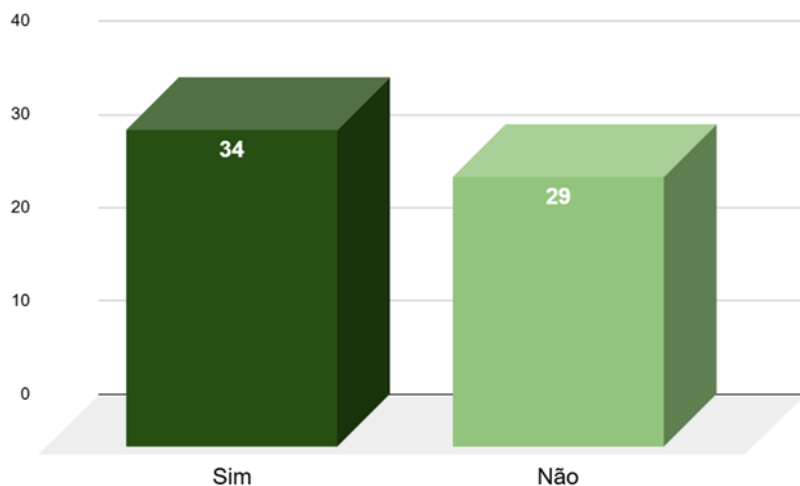


Figura 13. Interesse dos jovens em permanecer colaborando nas propriedades rurais.

Ao considerar separadamente os estados do Maranhão e do Piauí, observa-se que o interesse em permanecer está associado à percepção de oportunidades de crescimento profissional e inserção progressiva nas atividades produtivas familiares. Embora a amostra do Piauí seja reduzida, não se verificam diferenças estruturais marcantes quanto à manifestação de interesse em permanência, mantendo-se tendência semelhante à observada no Maranhão.

Entretanto, a literatura também ressalta que a permanência juvenil pode ser frágil quando não há autonomia, preparo gerencial e inserção progressiva em funções estratégicas, o que pode resultar em uma permanência apenas temporária ou subordinada, sem efetiva sucessão geracional (Castro *et al.*, 2009; Schneider; Cassol, 2020). Nesse contexto, o percentual de propriedades nas quais os jovens demonstram interesse em permanecer no campo, embora positivo, também sinaliza a necessidade de ampliar ações que fortaleçam esse vínculo de forma estruturada e duradoura.

No que se refere à inserção profissional formal da juventude, os dados do Programa Agro Plus/UFMA revelam que apenas 24 das 63 propriedades (38%) ofertam vagas para jovens aprendizes, enquanto 39 propriedades (62%) não registram essa prática (Figura 14). Esse resultado reflete uma realidade observada em diversas regiões do Brasil, onde a aprendizagem profissional no meio rural ainda é pouco difundida (Brasil, 2018).

A ausência de programas de aprendizagem limita a formação técnica estruturada e pode comprometer o desenvolvimento de competências profissionais e gerenciais

dos jovens, reduzindo suas oportunidades de ascensão no meio rural (Alves; Silva; Andrade, 2021).

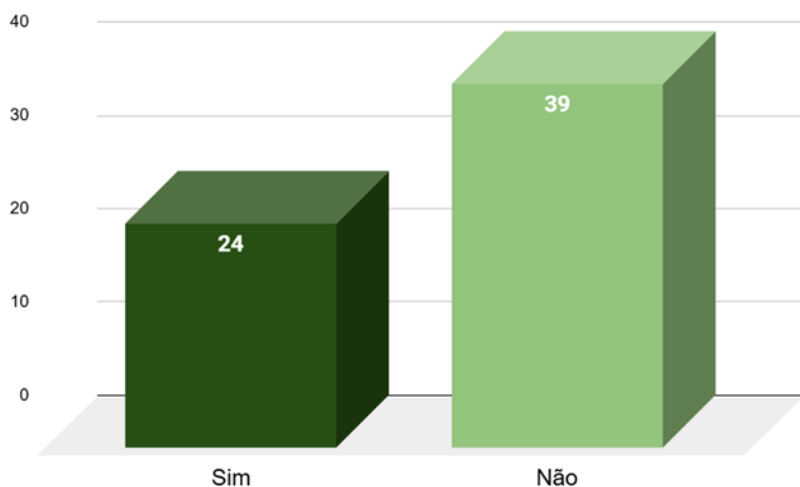


Figura 14. Número de propriedades que ofertam vagas para atuação de jovem aprendiz na propriedade.

Na comparação entre Maranhão e Piauí, não foram observadas diferenças quanto à oferta de jovem aprendiz, sendo a limitação dessa modalidade comum às propriedades avaliadas nos dois estados.

Quanto às funções exercidas pelos jovens nas propriedades avaliadas, observa-se que 94 (85,5%) atuam diretamente nas atividades operacionais e produtivas no campo, 14 (12,7%) exercem funções de chefia ou direção e

apenas 2 (1,8%) desempenham atividades de apoio ou serviços domésticos (Figura 15). Esse perfil é coerente com o padrão descrito na literatura nacional, que aponta que a juventude rural tende a ingressar inicialmente em funções operacionais, com acesso limitado a cargos de gestão e tomada de decisão (Pollnow, 2022).

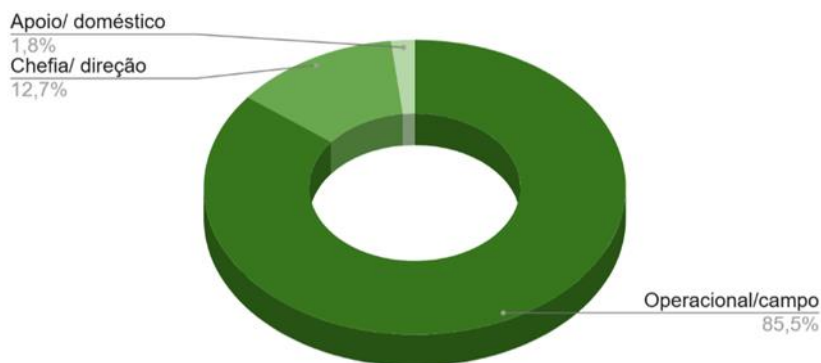


Figura 15. Distribuição dos cargos ocupados por jovens.

A predominância de funções operacionais é observada tanto no Maranhão quanto no Piauí, indicando que, independentemente das diferenças territoriais, a juventude rural ainda participa majoritariamente da execução

produtiva, com inserção limitada em cargos estratégicos ou gerenciais.

Embora a forte presença dos jovens nas atividades produtivas evidencie sua importância para o funcionamento cotidiano das propriedades, a baixa participação em cargos de liderança revela um desafio central para a sucessão rural no Brasil. Estudos indicam que a ampliação da participação juvenil em funções estratégicas e gerenciais é fundamental para promover a inovação, a modernização das propriedades e a adoção de práticas mais sustentáveis, especialmente em um contexto de mudanças climáticas, exigências ambientais e transformações nos mercados agropecuários (Schneider; Cassol, 2020; FAO, 2023).

De modo geral, os resultados do indicador Juventude Rural evidenciam um cenário relativamente promissor quanto à permanência e ao engajamento dos jovens no campo, sobretudo nas propriedades que asseguram acesso à conectividade, oportunidades de inserção produtiva e perspectivas de crescimento profissional. Entretanto, quando analisados à luz da literatura científica nacional e da comparação entre Maranhão e Piauí, os dados também revelam desafios estruturais persistentes no meio rural brasileiro, especialmente no que se refere ao fortalecimento

da formação técnico-gerencial, à ampliação da oferta de programas de aprendizagem, à inserção efetiva da juventude em espaços de gestão e tomada de decisão e à institucionalização de estratégias formais de planejamento sucessório.

Nesse contexto, a sistematização dos resultados permite evidenciar as seguintes lacunas estruturais:

- Baixa presença de jovens em cargos estratégicos e de tomada de decisão;
- Participação ainda majoritariamente operacional nas atividades produtivas;
- Oferta limitada de vagas na modalidade jovem aprendiz;
- Ausência de planejamento formal de sucessão familiar nas propriedades avaliadas;
- Necessidade de ampliar estratégias estruturadas de capacitação técnica e formação gerencial para a juventude rural.

Esses elementos indicam que, embora haja presença significativa de jovens nas propriedades e interesse em permanência, a consolidação da sucessão geracional e do protagonismo juvenil ainda depende de ações estruturadas voltadas à formação técnica, gerencial e institucional.

Assim, ao incorporar o indicador Juventude Rural em sua metodologia de avaliação, o Programa Agro Plus/MA contribui para tornar visível uma dimensão central do desenvolvimento rural brasileiro: a permanência da juventude no campo não deve ser compreendida apenas como retenção de mão de obra, mas como construção de trajetórias de protagonismo, inovação e sustentabilidade, nas quais os jovens sejam reconhecidos como agentes estratégicos da continuidade produtiva e da transformação socioambiental do meio rural.

Nesse contexto, destaca-se a relevância da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na promoção de programas de extensão universitária voltados ao meio rural, os quais desempenham papel estratégico na formação técnica, social e cidadã de jovens em atuação no campo. Ao aproximar o conhecimento acadêmico das realidades produtivas e sociais das comunidades rurais, a UFMA contribui para a qualificação profissional da juventude, o fortalecimento da sucessão geracional e a valorização do campo como espaço de trabalho, inovação e desenvolvimento sustentável. Esses programas ampliam as oportunidades de capacitação, estimulam o protagonismo juvenil e favorecem a permanência qualificada dos jovens

nas atividades agropecuárias, reafirmando o compromisso institucional da universidade com o desenvolvimento territorial, a inclusão social e a transformação positiva do meio rural maranhense.



CAPÍTULO 7: **CONSIDERAÇÕES FINAIS E** **PERSPECTIVAS FUTURAS DO** **AGRO PLUS**



Christiane Gonçalves Dall'Aglio Holvorcem
Derllany Sanyelle Torres
Francisco Victor Barros Sousa
Gregori da Encarnação Ferrão
Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos

Neste livro, buscamos analisar, de forma estruturada e aplicada, às condições e percepções relacionadas a três pilares fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável: Direitos Humanos, Igualdade de Gênero e Juventude rural. Este trabalho ocorreu no âmbito das propriedades atendidas pelo Programa Agro Plus, sob coordenação da Universidade Federal do Maranhão, nos estados do Maranhão e Piauí. Cabe destacar que a ampliação, em 2024, da abordagem técnica adotada pelo programa desde 2020, com a incorporação de dimensões sociais, representou um avanço metodológico significativo.

Ao integrar indicadores relacionados à dignidade do trabalho, à participação feminina e à permanência de jovens no campo, o Agro Plus reafirma que a sustentabilidade não se limita à eficiência produtiva ou ao cumprimento normativo, mas abrange a valorização das pessoas que sustentam o processo produtivo. Além disso, o cenário atual do agronegócio brasileiro evidência que a agenda de direitos humanos deixou de ser exclusivamente normativa para tornar-se estratégica. Cadeias produtivas nacionais e internacionais vêm incorporando exigências relacionadas à rastreabilidade, à transparência e à responsabilidade social, demandando das propriedades rurais não apenas

conformidade legal, mas também mecanismos internos de prevenção, monitoramento e mitigação de riscos sociais.

A partir do debate desenvolvido ao longo desta obra, evidencia-se que o desafio enfrentado não se restringe à ausência de práticas adequadas, mas à necessidade de estruturar instrumentos que permitam aos produtores, técnicos e gestores compreender, avaliar e direcionar ações com base em evidências concretas. Essas evidências foram delineadas para mensurar dados relacionados à dignidade do trabalho, à participação feminina e à permanência de jovens de forma objetiva (conforme detalhado no Capítulo 3) e apresentadas nos Capítulos 4, 5 e 6 de maneira transparente, acessível e alinhada à literatura e às diretrizes nacionais e internacionais. Nesse contexto, torna-se essencial avançar da lógica meramente reativa para uma postura preventiva, estruturando processos de identificação de riscos trabalhistas e sociais, estabelecendo fluxos internos de comunicação e consolidando mecanismos de governança que fortaleçam a gestão das propriedades.

Assim, ao consolidar os principais aprendizados extraídos dos dados analisados, reforça-se a aplicabilidade prática do conteúdo desenvolvido. A análise demonstra que os três pilares não operam de forma isolada. Pelo contrário,

compõem uma estrutura interdependente que influencia diretamente a estabilidade produtiva, a competitividade e a sustentabilidade de longo prazo das propriedades rurais.

Neste estudo, os três pilares analisados — Direitos Humanos, Igualdade de Gênero e Juventude rural — são compreendidos como dimensões interdependentes da sustentabilidade social da produção rural, que influenciam diretamente a estabilidade da gestão das propriedades, a capacidade de inovação e a continuidade geracional das propriedades.

I. Direitos Humanos como Fundamento da Gestão Sustentável

Os resultados indicaram avanços significativos nas propriedades avaliadas quanto à promoção de ambientes de trabalho mais organizados e à oferta de oportunidades de desenvolvimento. Contudo, ainda persiste a necessidade de consolidar uma cultura estruturada de direitos humanos no meio rural, que ultrapasse a compreensão restrita ao cumprimento da legislação trabalhista.

Os Direitos Humanos, nesse contexto, compreendem:

- Condições dignas de trabalho;

- Oportunidades de capacitação e crescimento profissional;
- Ambientes livres de discriminação;
- Acesso à informação e à organização interna;
- Mecanismos preventivos de identificação e mitigação de riscos sociais.

A consolidação desses elementos exige que a gestão rural incorpore práticas sistemáticas de acompanhamento, registros formais, definição clara de responsabilidades e canais internos que permitam a resolução adequada de conflitos. Segundo estudo recente (ProForest, 2026), verifica-se também baixa efetividade na utilização de canais de queixa como instrumento de resolução de violações de direitos humanos, sendo que diversas iniciativas não estabelecem critérios claros ou obrigatoriedade para o tratamento das denúncias recebidas. Ao fortalecer esses aspectos, a propriedade rural poderá consolidar bases institucionais mais sólidas, reduzindo riscos legais, reputacionais e comerciais, além de ampliar sua capacidade de inserção em cadeias produtivas que exigem conformidade socioambiental.

II. Igualdade de Gênero como Estratégia de Competitividade

Os dados evidenciam que a participação feminina permanece majoritariamente concentrada em funções operacionais e de apoio, com baixa representatividade em posições estratégicas e de liderança. Tal cenário reflete padrões históricos de divisão do trabalho no campo. Entretanto, observa-se crescente qualificação técnica feminina nas áreas agrárias e maior presença de mulheres em processos formativos. O desafio passa a ser estruturar ambientes organizacionais que favoreçam sua permanência, ascensão e participação nos espaços de decisão.

A adoção de práticas de equidade de gênero contribui para:

- Diversificação de perspectivas na tomada de decisão;
- Melhoria da organização e da gestão da propriedade;
- Redução de riscos na gestão da propriedade;
- Fortalecimento da imagem e da credibilidade da propriedade.

A ampliação da participação feminina na gestão da propriedade deve ser compreendida não apenas como uma questão de equidade social, mas também como um fator estratégico para fortalecer a gestão, estimular a inovação e ampliar a qualidade das decisões no meio rural.

III. Juventude Rural e Sustentabilidade Geracional

A juventude rural ocupa posição estratégica na continuidade das atividades agropecuárias. Os resultados demonstram presença significativa de jovens nas atividades operacionais e crescente acesso à conectividade digital, o que representa potencial concreto de inovação, modernização produtiva e incorporação de tecnologias voltadas à eficiência e à rastreabilidade. No entanto, a baixa participação em funções de liderança e a limitada oferta de programas estruturados de aprendizagem indicam que o planejamento sucessório ainda demanda fortalecimento institucional e organizacional.

Diante das crescentes exigências de transparência e organização nas cadeias produtivas, torna-se cada vez mais importante formar jovens preparados não apenas para

executar atividades produtivas, mas também para assumir responsabilidades na gestão das propriedades.

Nesse sentido, a sucessão rural deve ser compreendida como um processo estruturado, que envolve a definição progressiva de responsabilidades, a transferência planejada de conhecimentos e a incorporação de práticas de gestão capazes de prevenir riscos sociais e trabalhistas.

A permanência dos jovens no campo depende da articulação entre capacitação técnica contínua, participação gradual nas decisões produtivas, perspectivas concretas de crescimento e liderança, acesso à inovação tecnológica e compreensão das novas exigências socioambientais que impactam o setor. Sem essa integração, a sucessão rural tende a tornar-se frágil, comprometendo não apenas a sustentabilidade produtiva no médio e longo prazo, mas também a capacidade competitiva das propriedades em um ambiente regulatório e de mercado cada vez mais exigente.

Nesse contexto, os três pilares analisados ao longo deste livro — Direitos Humanos, Igualdade de Gênero e Juventude rural — devem ser compreendidos como dimensões interdependentes da sustentabilidade da produção rural. Mais do que conceitos normativos, esses

pilares oferecem referências práticas para aprimorar a gestão das propriedades, reduzir riscos e fortalecer sua inserção em cadeias produtivas cada vez mais orientadas por critérios socioambientais.

Assim, uma das principais contribuições desta obra consiste em demonstrar como dados e indicadores sociais podem ser transformados em instrumentos concretos de gestão rural.

Considerando o acima exposto, recomenda-se que todos os atores envolvidos com a produção de alimentos, fibras e energia — governo, setor privado e sociedade civil — incorporem rotinas periódicas de monitoramento baseadas em três eixos operacionais:

I. Direitos Humanos

- 1.** Existência de oportunidades formais de desenvolvimento;
- 2.** Políticas internas da propriedade de não discriminação;
- 3.** Condições adequadas de trabalho e mecanismos de comunicação interna que garantam o acesso à informação e a resolução de conflitos;

4. Mecanismos de identificação preventiva e mitigação de riscos sociais.

II. Igualdade de Gênero

- Participação feminina no quadro funcional;
- Presença de mulheres também em funções estratégicas e decisórias;
- Identificação de barreiras à participação feminina e definição de ações para sua superação;
- Promoção de ambientes de trabalho inclusivos e seguros.

III. Juventude rural

- Existência de planejamento sucessório na propriedade;
- Participação de jovens nas decisões e na gestão da propriedade;
- Oferta de oportunidades contínuas de capacitação e desenvolvimento de liderança;
- Envolvimento progressivo dos jovens em processos de inovação e gestão.

A adoção sistemática desses instrumentos tende a contribuir para:

- Redução de passivos trabalhistas e riscos jurídicos;
- Melhoria do ambiente de trabalho na propriedade;
- Fortalecimento da imagem e da credibilidade da propriedade;
- Ampliação do acesso a mercados que exigem rastreabilidade e conformidade socioambiental;
- Consolidação da sucessão geracional;
- Maior estabilidade e segurança na gestão da propriedade.

Com isso, produtividade e responsabilidade social deixam, assim, de ser “dimensões paralelas” e passam a compor uma estratégia integrada de gestão.

Neste caso, ao estruturar uma estratégia alinhada ao cenário nacional e internacional, marcado pela crescente integração entre desempenho econômico e indicadores socioambientais, alcança-se maior relevância institucional e maior capacidade de adaptação às novas dinâmicas regulatórias e comerciais.

Esse posicionamento dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente:

- ODS 5 – Igualdade de Gênero;

- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- ODS 10 – Redução das Desigualdades;
- ODS 12 – Produção e Consumo Responsáveis.

Nesse contexto, propriedades rurais que estruturam mecanismos de gestão social, monitoramento contínuo e transparência organizacional tendem a apresentar maior resiliência institucional, maior capacidade de inserção em cadeias produtivas que exigem conformidade ESG e maior preparo para atender às expectativas de investidores, parceiros comerciais e consumidores.

Apesar dos benefícios observados, ainda persistem desafios que limitam uma adoção mais ampla e escalonável dessas práticas.

No âmbito metodológico do Agro Plus, identificam-se oportunidades de aprimoramento, tais como:

1. Ampliação da aplicação dos indicadores para 100% das propriedades atendidas, ampliando a representatividade das análises;
2. Aprimoramento metodológico, com análises mais estruturadas e comparáveis entre diferentes propriedades e contextos produtivos;
3. Redução da dependência exclusiva de informações autodeclaradas, com a incorporação

progressiva de mecanismos complementares de verificação.

No âmbito institucional e sociocultural, destacam-se desafios relacionados a:

4. Consolidação de uma cultura organizacional orientada à prevenção e à gestão proativa de riscos sociais nas propriedades rurais;

5. Superação de barreiras culturais historicamente enraizadas, que podem dificultar a adoção de práticas relacionadas à equidade de gênero, sucessão rural e melhoria das condições de trabalho.

É importante considerar que estudos futuros poderão aprofundar e refinar a correlação entre desempenho social e produtividade, especialmente ao analisar esses indicadores em diferentes realidades produtivas. Nesse sentido, torna-se igualmente relevante avaliar os impactos econômicos da inclusão feminina e da sucessão rural estruturada nas propriedades. Análises dessa natureza poderão contribuir para um retrato mais preciso das oportunidades de melhoria ainda não plenamente exploradas no sistema produtivo.

Este trabalho, portanto, não se limita a um diagnóstico estático, mas se apresenta como base orientadora para futuras ações de produtores, instituições parceiras e organizações atuantes no desenvolvimento rural. Como próximos passos, recomenda-se:

- A assistência técnica deve ampliar a incorporação dos três pilares nas visitas às propriedades;
- Produtores devem incluir metas sociais no planejamento anual da propriedade;
- Responsáveis pela gestão da propriedade devem estabelecer indicadores internos de monitoramento e avaliação;
- Instituições parceiras devem fortalecer programas de capacitação voltados a direitos humanos, inclusão de gênero e jovens no campo.

Esses encaminhamentos estratégicos convergem para a necessidade, já evidenciada no Capítulo 5, de fortalecimento institucional e articulação entre os diferentes atores da cadeia produtiva. Tais diretrizes encontram respaldo em documentos técnicos recentes que sistematizam parâmetros de governança e prevenção de riscos sociais. Nesse contexto, o estudo da Proforest sobre a Plataforma AB+S reforça exatamente a centralidade da

atuação coordenada entre poder público, setor privado e sociedade civil para a consolidação dos direitos humanos no setor agropecuário

Conforme destacado no webinar “Direitos Humanos no Setor Agropecuário do Brasil”, promovido pela Proforest, torna-se necessário que o poder público estabeleça diretrizes governamentais claras quanto à aplicação do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), definindo com maior precisão as circunstâncias e os contextos em que tais consultas devem ser obrigatoriamente implementadas, especialmente no setor agropecuário (ProForest, 2026).

A transformação estrutural não ocorrerá de forma abrupta, mas poderá ser consolidada gradualmente por meio de práticas contínuas e mensuráveis.

Ao integrar Direitos Humanos, Igualdade de Gênero e Juventude rural à gestão produtiva, o Programa Agro Plus/UFMA reafirma que competitividade e responsabilidade social são dimensões complementares e indissociáveis. Os resultados observados no Maranhão e no Piauí demonstram que existem bases consolidadas para avançar. O fortalecimento humano e a inclusão social não constituem apenas imperativos éticos, mas elementos estratégicos para

a consolidação de uma agricultura mais resiliente, participativa, transparente e sustentável.

A agricultura do futuro será determinada não apenas por ganhos de eficiência técnica, mas pela capacidade de estruturar ambientes produtivos que valorizem pessoas, promovam equidade, previnam riscos e assegurem continuidade geracional. Produtividade sustenta o presente. Gestão social estruturada garante o futuro.

REFERÊNCIAS

ABIOVE. **Agro Plus**. 2023. Disponível em: <https://abiove.org.br/esq/iniciativas/agro-plus/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

ABIOVE. **Agro Plus é reconhecido pelo MAPA com selo de Boas Práticas Agropecuárias**. São Paulo: ABIOVE, 2025. Disponível em: <https://abiove.org.br/agro-plus-e-reconhecido-pelo-mapa-com-selo-de-boas-praticas-agropecuarias/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

AGRO PLUS BRASIL. **Conheça o Agro Plus**. 2024. Disponível em: https://agroplusbrasil.com.br/wp-content/uploads/2024/10/agro_plus.pdf. Acesso em: 14 abr. 2026.

AGRO PLUS BRASIL. **[Site institucional]**. Disponível em: <https://agroplusbrasil.com.br>. Acesso em: 17 nov. 2025.

ALFORD, M.; LOPEZ, T.; VISSER, M.; LECHNER, M. Promise and pitfalls of mandatory due diligence for enhancing worker power in global value chains: the case of South African wine. **Journal of Economic Geography**, v. 26, n. 2, p. 279–296, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1093/jeg/lbaf048>.

ALVES, E.; SILVA, J. E. R. V. da; ANDRADE, C. Juventude rural, conectividade e permanência no campo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n. 4, p. 1–18, 2021.

BARROSO, N. L. **As condições da (des)igualdade na inserção da mulher no mercado de trabalho no**

Nordeste. 2020. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16771>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PEC 58/2023. PLP nº 167/2023. Projetos de Lei: nº 6216/2023; nº 6063/2023; nº 139/2022; e nº 3773/2023.** Altera e amplia a licença-paternidade e aumenta a licença-maternidade. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/01/16/senado-pode-votar-em-2025-ampliacao-de-licenca-maternidade-e-paternidade>. Acesso em: 05 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.** Consolida atos normativos relativos à aprendizagem profissional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.** Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5889.htm. Acesso em: 05 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). **Curso Agricultura da Vida está com inscrições abertas**. Gov.br, 09 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/novembro/curso-agricultura-da-vida-esta-com-inscricoes-abertas>. Acesso em: 06 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Revisão de políticas públicas sobre as mulheres**. Brasília: MMFDH, 2021.

BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/17-autonomia-e-cidadania-politicas-de-organizacao-produtiva-para-as-mulheres-no-meio-rural.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2025.

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

COPAI - COALIZÃO LICENÇA PATERNIDADE. **Por uma licença-paternidade estendida, remunerada e obrigatória.** São Paulo: CoPai, 2024. Disponível em: <https://www.coalizaolicencapaternidade.com.br/>. Acesso em: 05 jan. 2026.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Por mais mulheres no agro e no comércio exterior.** CNA Brasil, 2025. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/noticias/por-mais-mulheres-no-agro-e-no-comercio-exterior>. Acesso em: 06 dez. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO DISTRITO FEDERAL. **Apenas 20% dos profissionais de engenharia no Brasil são mulheres.** CREA-DF Notícias, 2025. Disponível em: [suspicious link removed]. Acesso em: 06 dez. 2025.

CORRELL, S. J.; BENARD, S.; PAIK, I. Getting a job: Is there a motherhood penalty? **American Journal of Sociology**, v. 112, n. 5, p. 1297–1339, 2007.

CORSE, S. J. Gerentes grávidas e seus subordinados: os efeitos das expectativas de gênero nas relações hierárquicas. **Journal of Applied Behavioral Science**, v. 26, p. 25–48, 1990.

DIEESE. **Mulheres rurais 2023: boletim especial.** São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheresRurais2023.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2025.

EUROMONITOR INTERNATIONAL. **Commodities: Brazil**. Londres: Euromonitor International, 2024. Disponível em: <https://www.euromonitor.com/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Igualdade de gênero e juventude rural: desafios e perspectivas**. Roma: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2023.

GOLDIN, C. **Career and family: women's century-long journey toward equity**. Princeton: Princeton University Press, 2021. 344 p.

GOLDIN, C. The quiet revolution that transformed women's employment, education, and family. **American Economic Review**, v. 96, n. 2, p. 1–21, 2006.

GOLDIN, C. **Understanding the gender gap: an economic history of American women**. New York: Oxford University Press, 1990. 287 p.

HALPERT, J. A.; WILSON, M. L.; HICKMAN, J. A gravidez como fonte de viés nas avaliações de desempenho. **Journal of Organizational Behavior**, v. 14, p. 649–663, 1993.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: resultados do universo – características da população e domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua: acesso à internet e à televisão 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dossiê sobre dados da licença-paternidade no Brasil**. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

ILO - INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **ILO Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work and its Follow-up**. Geneva: ILO, 2022.

ILO - INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Tripartite Declaration of Principles concerning Multinational Enterprises and Social Policy**. Geneva: ILO, 2022.

LIMA, M. I. L. S. **Padrões voluntários de sustentabilidade e a regulação ambiental da União Europeia: governança e desafios na exportação da soja brasileira**. 2024. Tese (Doutorado em Direito Ambiental Internacional) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2024. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/8040/1/Maria%20Isabel%20Leite%20Silva%20de%20Lima.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2026.

MENDES, V.; INOUE, C. Y. A.; BONDERGAARD, N.; TAVARES, N. Intersectional environmental justice in Dutch-Brazilian beef and soy trade: challenges for the EU regulation on deforestation-free products. **International Journal of the Commons**, v. 19, n. 1, p. 293–306, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5334/ijc.1454>.

O BRASILIANISTA. **Mulheres ganham 24% menos que homens no Brasil, aponta Censo 2022 do IBGE.** O Brasilianista, 2025. Disponível em: <https://obrasilianista.com.br/mulheres-ganham-24-menos-que-homens-no-brasil-aponta-censo-2022-do-ibge/>. Acesso em: 06 dez. 2025.

ONU BRASIL. **Percepções sobre direitos humanos no Brasil.** Brasília: Organização das Nações Unidas, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 25 out. 2025.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD Guidelines for Multinational Enterprises on Responsible Business Conduct.** Paris: OECD, 2023.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Responsible business conduct in the agriculture sector in Latin America and the Caribbean.** Paris: OECD Publishing, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1787/f9f01757-en>.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Sustainability initiatives and responsible business conduct in Latin America and the Caribbean.** Paris: OECD Publishing, 2024. (OECD Business and Finance Policy Papers). DOI: <https://doi.org/10.1787/bf84ff64-en>.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Towards more environmentally sustainable supply chains: the role of trade agreements and sustainability initiatives.** Paris:

OECD Publishing, 2024. (OECD Trade Policy Papers, n. 293). DOI: <https://doi.org/10.1787/8bf5cb62-en>.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **OECD-FAO Guidance for Responsible Agricultural Supply Chains**. Paris: OECD, 2016.

POLLNOW, G. E. A sucessão geracional na agricultura brasileira: desafios e perspectivas. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 25, n. 55, p. 1–25, 2022.

PORTAL DE BALSAS. **IBGE: A maioria da população em 28 cidades do Maranhão é de mulheres**. Disponível em: <https://www.portaldebalsas.com.br/noticias/2334-ibge-maioria-da-populacao-em-28-cidades-do-maranhao-e-de-mulheres>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PROFOREST. **Direitos humanos no setor agropecuário do Brasil**. Webinar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UbZzioqY2GI>. Acesso em: 16 mar. 2026.

PROFOREST. **Navigating human rights compliance in Brazil's agricultural sector**. Policy brief. Disponível em: https://www.proforest.net/fileadmin/uploads/proforest/Photos/Publications/Human_Rights_on_Platform_AB_S_-_Policy_Brief_PT_BR.pdf. Acesso em: 16 mar. 2026.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a**

identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Brasília: PNUD, 2015. 250 p. Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/ods/publicacoes/acompanhando-a-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel.pdf>.

ROYAL SWEDISH ACADEMY OF SCIENCES. **The Prize in Economic Sciences 2023: for having advanced our understanding of women's labour market outcomes.** Stockholm: Nobel Foundation, 2023. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/uploads/2023/10/popular-economicsciencesprize2023.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2026.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Juventude rural, sucessão agrícola e inovação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 348–372, 2020.

SILVA, G. S. A educação do campo como direito humano: reflexões sobre políticas, princípios e concepções em uma visão marxista. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/61091>. Acesso em: 24 out. 2025.

UNIRV. **O olhar feminino que faz o agronegócio florescer.** UNIRV Notícias, 2025. Disponível em: https://www.unirv.edu.br/ver_noticias.php?codabr=19756. Acesso em: 10 dez. 2025.

OHCHR - UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **Guiding Principles on Business and Human Rights: implementing the United Nations “Protect, Respect and**

Remedy” Framework. New York; Geneva: United Nations, 2011.

OHCHR - UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **The Corporate Responsibility to Respect Human Rights: an interpretive guide.** New York; Geneva: United Nations, 2012. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/publications/hr.puB.12.2_en.pdf. Acesso em: 14 abr. 2026.

VALDES, C.; GILLESPIE, J.; DOHLMAN, E. **Soybean production, marketing costs, and export competitiveness in Brazil and the United States.** Washington, DC: U.S. Department of Agriculture, Economic Research Service, 2023. (Report No. EIB-262). Disponível em: <https://www.ers.usda.gov/publications/pub-details?pubid=108175#download>. Acesso em: 14 abr. 2026.

APÊNDICES

Apêndice A: Registros das atividades.



Figura 16. Atuação de mulheres no cenário de ensino e aprendizagem, com foco em evidenciar sua participação nas atividades formativas, nos processos de capacitação e no acesso a oportunidades educacionais no contexto do programa Agro Plus.



Figura 17. Capacitação de jovens orientada à qualificação técnico-profissional para atuação no meio rural, evidenciando sua inserção em processos formativos, ações de treinamento e no desenvolvimento de competências voltadas às atividades de campo.



Figura 18. Entrega e discussão de relatório técnico da propriedade, contemplando a apresentação sistematizada dos resultados, a análise dos indicadores avaliados e a orientação técnica aos responsáveis pela unidade produtiva.



Figura 19. Desenvolvimento de abordagem técnica junto à proprietária para avaliação das condições estruturais e socioambientais da propriedade, objetivando subsidiar a proposição de estratégias de melhoria adequadas às especificidades locais.



Figura 20. Diálogo técnico com os gestores da unidade produtiva durante a aplicação do checklist Agro Plus/UFMA, com foco na avaliação das conformidades, levantamento de não conformidades e proposição de adequações.



Figura 21. Funcionárias responsáveis pela execução de atividades de apoio, incluindo serviços de cozinha, auxílio no preparo de refeições e serviços gerais em uma das propriedades atendidas pelo Agro Plus/UFMA.



Figura 22. Implementação de sinalização por meio da fixação de placas orientativas em propriedade atendida pelo Programa Agro Plus/UFMA, com a finalidade de aprimorar o fluxo operacional e a gestão do espaço produtivo.

Apêndice B: Composição dos indicadores

Indicador: Direitos Humanos

Composição do Indicador		Atendimento ao Indicador
Verificação de requisitos legais e ou técnicos		Resposta
10.1	Os colaboradores possuem tempo para a família, descanso e acesso a cultura, bem como cuidar de suas necessidades?	
10.2	Os produtores e trabalhadores têm oportunidade para desenvolver habilidades e conhecimentos, para avançar dentro da propriedade em que trabalham ou para construir o futuro da sua própria propriedade?	
10.4	Os empregados são livres para negociar como indivíduos ou como grupos ou através de um sindicato ou representantes de sua escolha para definir os termos de seu emprego?	
10.5	A fazenda não discrimina qualquer funcionário ou futuro empregado baseada em suas diferenças? (raça, sexo, idade ...)	
10.6	Possuem igualdade entre homens e mulheres na contratação, remuneração, treinamento promoção, no acesso a recursos e demissão?	
10.7	A fazenda concede licença maternidade?	
10.8	A fazenda acomoda diferentes níveis de habilidades (capacidade), e fornece recursos para apoiar a comunidade e pessoas vulneráveis com serviços sociais e de saúde, treinamento e eventos culturais para as mulheres, ou menos favorecidos?	
10.9	A empresa reconhece e respeita e mantém canais de comunicação com as comunidades do entorno?	

Indicador: Gênero

Composição do Indicador		Atendimento ao Indicador
Verificação de requisitos legais e ou técnicos		Resposta
11.1	Possui mulheres trabalhando na fazenda?	
11.2	Possuem carteira assinada?	
11.3	Qual o cargo elas exercem na propriedade?	
	a) Cozinheira	
	b) Auxiliar de cozinha	
	c) Auxiliar administrativo	
	d) Auxiliar de limpeza	
	e) Gerência	
	f) Outros	
11.4	Possuem homens atuando nos mesmos cargos?	
11.5	Os salários são compatíveis?	
11.6	As funcionárias têm filhos?	
11.7	A fazenda concede licença maternidade?	
11.8	Elas moram na propriedade?	
11.9	Qual a escolaridade predominante?	
	a) Analfabeta	
	b) Ensino fundamental	
	c) Ensino médio	
	d) Ensino superior	
11.10	Qual a idade predominante?	
	a) 18-24 anos	
	b) 25-35 anos	
	c) >35 anos	

Indicador: Juventude

Composição do Indicador		Atendimento ao Indicador
Verificação de requisitos legais e ou técnicos		Resposta
12.1	Possui jovens trabalhando na propriedade? Se sim, quantos? (15-24 anos)	
12.2	Homens e mulheres? Quantos e Quantas?	
12.3	Possuem carteira assinada?	
12.4	Qual o cargo eles exercem na propriedade?	
	a) Chefia/Direção	
	b) Operacional/Campo	
	c) Apoio/Doméstico	
12.5	d) Outros	
12.5	A propriedade oferta vagas de estágio?	
12.6	A propriedade possui o programa de jovem aprendiz?	
12.7	Eles possuem o interesse de crescer profissionalmente e permanecer na propriedade?	
12.8	A propriedade fornece treinamentos/capacitações ou apoio para a educação destes?	
12.9	Os jovens que residem na propriedade possuem acesso a internet?	
12.10	Qual a escolaridade predominante?	
	a) Analfabeto	
	b) Ensino fundamental	
	c) Ensino médio	
	d) Ensino superior	

Apêndice C: Informações sobre os autores.

Autor / Contato	Vínculo Institucional	Capítulos
Abigailde Nascimento Dias agroplusabigailde@gmail.com	Estudante do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Maranhão/ Coordenadora de Campo do Agro Plus/MA	1 - Origem do Programa Agro Plus 2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí 4 - Caminhos Para Fortalecer A Integração De Uma Abordagem De Direitos Humanos Na Cadeia Produtiva Da Soja 5 - Diagnóstico Da Inclusão De Gênero Nas Propriedades Assistidas Pelo Programa Agro Plus Nos Estados Do Maranhão E Piauí
Adam Yvens Araújo Salazar adamyvens@gmail.com	Comercial - Sumitomo Chemical	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Álvaro Corrêa Pedrosa alvaropedrosa11@gmail.com	Analista da CONAB	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Amanda Cristina de Sá Teles amandacsateles@gmail.com	Coordenadora de Campo/Agro Plus Rondônia	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí

Ana Caroline Teixeira Rocha anacarolinerocha17@gmail.com	Representante Técnico de Vendas da Agrobiológica Sustentabilidade	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Ana Paula Fialho Iria anafialho.iria@gmail.com	Whirlpool Corporation - Estagiária de EHS	1 - Origem do Programa Agro Plus
Ana Paula Fialho Iria anafialho.iria@gmail.com	Whirlpool Corporation - Estagiária de EHS	1 - Origem do Programa Agro Plus 2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Ângela Maria Campelo da Silva angelamaria2003@gmail.com	Estudante do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Maranhão/ Assessora de Campo do Agro Plus/MA	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí 4 - Caminhos Para Fortalecer A Integração De Uma Abordagem De Direitos Humanos Na Cadeia Produtiva Da Soja 6 - Diagnóstico da Juventude Rural nas Propriedades Assistidas pelo Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Aziz Galvão da Silva Júnior aziz@ufv.br	Professor da Universidade Federal de Viçosa	1 - Origem do Programa Agro Plus

Bernardo Machado Pires bernardo.pires@agrootools.com.br	Gestor de Contratos e Relações Governamentais - AGROTOOLS	1 - Origem do Programa Agro Plus
Christiane Goncalves Dall'Aglio Holvorcem chrisholvorcem@gmail.com	Assessora Técnica Sênior - GIZ Brasil	Organização 7 - Considerações Finais e Perspectivas Futura do Agro Plus
Derllany Sanyelle Torres Oliveira derllanytorres@gmail.com	Estudante do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Maranhão, do Curso de Agronomia/ Assessora de Campo do Agro Plus/MA	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí 4 - Caminhos Para Fortalecer A Integração De Uma Abordagem De Direitos Humanos Na Cadeia Produtiva Da Soja 7 - Considerações Finais e Perspectivas Futura do Agro Plus
Dheylya dos Santos Costa dheylasantss@gmail.com	Estudante do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Maranhão	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Douglas Chahine Carneiro douglas@agroplus.org.br	Gerente Operacional Agro Plus Brasil	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Flávia Scabin flavia.scabin@fgv.br	Professora e Pesquisadora da FGV Direito SP	4 - Caminhos Para Fortalecer A Integração De Uma Abordagem De

		Direitos Humanos Na Cadeia Produtiva Da Soja
Francisco dos Santos Pereira Neto Franciscoengagro96@gmail.com	Promotor Técnico Comercial na UPL	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Francisco Victor Barros Sousa fvictor.barros.sousa@gmail.com	Estudante do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Maranhão /Coordenador de Campo do Agro Plus/MA	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí 4 - Caminhos Para Fortalecer A Integração De Uma Abordagem De Direitos Humanos Na Cadeia Produtiva Da Soja 7 - Considerações Finais e Perspectivas Futura do Agro Plus
Gregori da Encarnação Ferrão gregoriferrao@yahoo.com.br	Professor da Universidade Federal do Maranhão	Organização 1 - Origem do Programa Agro Plus 4 - Caminhos Para Fortalecer A Integração De Uma Abordagem De Direitos Humanos Na Cadeia Produtiva Da Soja 7 - Considerações Finais e Perspectivas Futura do Agro Plus

Heloisa Sabino Carneiro heloisasabinocarneiro@gmail.com	CEO - HSC Consultoria em Projetos de Sustentabilidade	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Isabela Cristina Gomes Pires isabela.pires@ipam.org.br	Coordenadora dos Projetos do IPAM no Maranhão	5 - Diagnóstico Da Inclusão De Gênero Nas Propriedades Assistidas Pelo Programa Agro Plus Nos Estados Do Maranhão E Piauí
Ivisson José Gomes Franco ivissongomesfranco2@gmail.com	Estudante do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Maranhão/ Coordenador de Campo do Agro Plus/MA	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí 3 - Metodologia De Avaliação Dos Indicadores De Direitos Humanos, Igualdade De Gênero E Juventude Rural
Jorge Fernando de Oliveira Rocha jfconsultoriaagricola21@gmail.com	Engenheiro Agrônomo - Grupo Samara	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Larissa Neves Santana larissanevessantana198@gmail.com	Bacharel em Agronegócio	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Lis Lanni Oliveira Pereira lislannioliveira@gmail.com	Estudante do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Maranhão	1 - Origem do Programa Agro Plus

	/Coordenadora de Campo do Agro Plus/MA	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí 4 - Caminhos Para Fortalecer A Integração De Uma Abordagem De Direitos Humanos Na Cadeia Produtiva Da Soja 5 - Diagnóstico Da Inclusão De Gênero Nas Propriedades Assistidas Pelo Programa Agro Plus Nos Estados Do Maranhão E Piauí
Luiz Gustavo Mendonça Viana mendoncagro@gmail.com	ATV - Grupo Canassa	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Marco Antônio Sousa da Silva omarcoagro@gmail.com	Estudante do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Maranhão/ Assessor de Campo do Agro Plus/MA	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí 6 - Diagnóstico da Juventude Rural nas Propriedades Assistidas pelo Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí

Marcos Siqueira Neto msiqueir@gmail.com	Consultor Independente - Empresa AgroTucano	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Maria da Paz Pires Silva agro.mariapires@gmail.com	Mestranda na Universidade Federal de Santa Maria	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Marianna Laranjeira marianna@amsel-ara.com	Advogada e Membro de Conselho Consultivo Sócia-Diretora (Managing Partner) na Amsel & Ara	5 - Diagnóstico Da Inclusão De Gênero Nas Propriedades Assistidas Pelo Programa Agro Plus Nos Estados Do Maranhão E Piauí
Mateus Euzebio Rosado mateusrosado87@gmail.com	Cargo de Desenvolvimento de Negócios em Carbono (Carbon Business Development).	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí
Milena Elissa Lourenço Farias milenaelissalourencofarias@gmail.com	Integrante da Equipe AgroPlus UFV	1 - Origem do Programa Agro Plus
Milena Maria Tomaz de Oliveira milena.oliveira@usu.edu	Assistant Professor and Extension Vegetable Specialist at Utah State University (USU) - Professor Assistente e Especialista em Extensão de Hortaliças na Utah State University (USU).	6 - Diagnóstico da Juventude Rural nas Propriedades Assistidas pelo Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí

Natália Torres da Silva natalia@abiove.org.br	Especialista de Sustentabilidade (ABIOVE)	3 - Metodologia De Avaliação Dos Indicadores De Direitos Humanos, Igualdade De Gênero E Juventude Rural
Nielson Douglas Nascimento De Sousa engagrodouglas01@gmail.com	Estudante do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Maranhão/ Assessor de Campo do Agro Plus/MA	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí 3 - Metodologia De Avaliação Dos Indicadores De Direitos Humanos, Igualdade De Gênero E Juventude Rural
Pedro Henrique Moré Garcia pedro@abiove.org.br	Gerente de Sustentabilidade (ABIOVE)	3 - Metodologia De Avaliação Dos Indicadores De Direitos Humanos, Igualdade De Gênero E Juventude Rural
Petra Ascher Piecha petra.ascher@giz.de	Diretora de Projetos GIZ Brasil	Prefácio
Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos raissa.matos@ufma.br	Professora da Universidade Federal do Maranhão	Organização 6 - Diagnóstico da Juventude Rural nas Propriedades Assistidas pelo Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí

Tamara Brezighello Hojaij tamara.hojaij@fgv.br	Pesquisadora do Centro de Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getulio Vargas (FGV) e consultora da GO Associados.	4 - Caminhos Para Fortalecer A Integração De Uma Abordagem De Direitos Humanos Na Cadeia Produtiva Da Soja
Telmo José Mendes telmo.mendes@ufma.br	Professor da Universidade Federal do Maranhão	2 - Implantação do Programa Agro Plus nos Estados do Maranhão e Piauí

REALIZAÇÃO

AgroPlus



ABIOVE
Associação Brasileira das
Indústrias de Óleos Vegetais



Por meio da:

giz Deutsche Gesellschaft
für internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



**Cadeias
Sustentáveis**

GOVERNO DO
MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS